



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Versão para consulta pública

Brasília, 07 de julho de 2011



Reitor

José Geraldo de Sousa Junior

Vice- reitor

João Batista de Sousa

Decana de Ensino de Graduação

Márcia Abrahão Moura

Decano de Extensão

Oviromar Flores

Decana de Pesquisa e Pós- Graduação

Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decanato de Administração

Pedro Murrieta Santos Neto

Decano de Assuntos Comunitários

Eduardo Raupp de Vargas

Decana de Gestão de Pessoas

Gilca Ribeiro Starling Diniz

Decano de Planejamento e Orçamento

Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha



ATO DA REITORIA N. 2106-A/2010

Institui Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso das atribuições estatutárias,

R E S O L V E:

Constituir Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, composta pelos seguintes membros Márcia Abrahão Moura – Decana de Ensino de Graduação (DEG), Denise Imbroisi – Diretora Técnica de Graduação (DEG), Cristina Massot Madeira Coelho (DEG), Nina Paula Ferreira Laranjeira (DEG), Ilma Passos Alencastro Veiga (FE), Silene de Paulino Lozzi (IB), Mariana de Senzi Zancul (IB), Maria de Fátima Menezes Almeida Santos (IB), Anamélia Lorenzetti Bocca (IB), Graziela Dias Teixeira (IPOL), Paola Novaes Ramos (IPOL), Rozana Reigota Naves (IL), Enrique Huelva Unternbaumen (IL), Nilce Santos de Melo (FS), Antonio José Costa Cardoso (FS), Celeste Aida Nogueira Silveira (FS), Márcia Cristina Freire de Souza Amaral (FS), Dioclécio Campos Júnior (FM), Jussara Rocha Ferreira (FM), Fernanda Cristiana Pimentel Garcia (FS), Enéa de Stutz e Almeida (FD), Gabriela Neves Delgado (FD), Elisabeth de Araújo Ferreira (SPL), Júlio César Goulart Garay (SAA), Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira (FCE), Vera Regina Fernandes (FCE), Maria de Fátima Souza e Silva (FGA), Sérgio Antonio Andrade de Freitas (FGA), Leocádia Aparecida Chaves (DEX), Flávia Mazitelli de Oliveira (DEX), Luis Antônio Pasquetti (DEX), Rudi Henri Van Els (FGA), Cláudia Nalon (DEX), Eliane Santos Cunha (DEX), Adalene Moreira Silva (IG), Catarina Labouré Bemfica Toledo (IG), Christiane Girard Ferreira Nunes (ICS), Edson Silva de Farias (ICS), Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos (ICS), Nair Heloísa Bicalho de Sousa (IH), Layla Jorge Teixeira César (DCE), Sayonara de Amorim Gonçalves Leal (ICS), Simone Perecmanis (FAV), Ana Maria Resende Junqueira (FAV), Marco Antônio Amato (IF), Antônio Carlos Pedroza (IF), Délcia Maria de Mattos Vidal (FAC), Maria Zélia Borba Rocha (FE), Amaralina Miranda de Souza (FE), Shirleide Pereira da Silva Cruz (FE), Antônio César de Oliveira Guedes (SINTFUB), Messias Adjalbas Muniz Barbosa (SINTFUB), Dianne Magalhães Viana (FT), Andrea Cristina dos Santos (FT), Simone Borges Simão (FT), Cristina Celia Silveira Brandão (FT), Wildson Luiz Pereira dos Santos (IQ), Elaine Rose Maia (IQ), Georgete Medleg Rodrigues (DPP), Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende (FEF), Edson Marcelo Húngaro (FEF), Tiago Barros Pontes e Silva (IdA), Rosana Andrea Costa de Castro (IdA), Maria Isabel Montandon (IdA), Thiago Marinho e Silva (DCE), Sely Maria de Souza Costa (FCI), Darcilene Sena Rezende (FCI), Maria Alice Guimarães Borges (FCI), Cristina Patriota de Moura (DAN), Carla Costa Teixeira (ICS), Gustavo Sérgio Lins Ribeiro (ICS), Claisy Maria Marinho Araújo (IP), Maria Ângela Guimarães Feitosa (IP), Laércia Abreu Vasconcelos (IP), Eliane Mendes Guimarães (FUP), Regina Coelly Fernandes Saraiva (FUP), Jair Reck (FUP), Gilca Ribeiro Starling Diniz (SRH), Ana Teresa Athayde Colnago (SRH), Cláudia da Conceição Garcia (FAU) e Rachel Nunes da Cunha (DAC) para, sob



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

presidência da primeira e vice-presidência do segunda, elaborar minuta do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, a ser encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta Instituição.

Brasília, 1º de setembro de 2010.

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor



ATO DA REITORIA N. 0226-A/2011

Institui Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso das atribuições estatutárias,

R E S O L V E:

Art. 1º Constituir Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, composta pelos seguintes membros Márcia Abrahão Moura – Decana de Ensino de Graduação (DEG), Denise Imbroisi – Diretora Técnica de Graduação (DEG), Cristina Massot Madeira Coelho (DEG), Nina Paula Ferreira Laranjeira (DEG), Ilma Passos Alencastro Veiga (FE), Silene de Paulino Lozzi (IB), Mariana de Senzi Zancul (IB), Maria de Fátima Menezes Almeida Santos (IB), Anamélia Lorenzetti Bocca (IB), Graziela Dias Teixeira (IPOL), Paola Novaes Ramos (IPOL), Rozana Reigota Naves (IL), Enrique Huelva Unternbaumen (IL), Nilce Santos de Melo (FS), Antonio José Costa Cardoso (FS), Celeste Aida Nogueira Silveira (FS), Márcia Cristina Freire de Souza Amaral (FS), Dioclécio Campos Júnior (FM), Jussara Rocha Ferreira (FM), Fernanda Cristiana Pimentel Garcia (FS), Enéa de Stutz e Almeida (FD), Gabriela Neves Delgado (FD), Elisabeth de Araújo Ferreira (SPL), Júlio César Goulart Garay (SAA), Clélia Maria de Sousa Ferreira Parreira (FCE), Vera Regina Fernandes (FCE), Maria de Fátima Souza e Silva (FGA), Sérgio Antonio Andrade de Freitas (FGA), Leocádia Aparecida Chaves (DEX), Flávia Mazitelli de Oliveira (DEX), Luis Antônio Pasquetti (DEX), Rudi Henri Van Els (FGA), Cláudia Nalon (DEX), Eliane Santos Cunha (DEX), Adalene Moreira Silva (IG), Catarina Labouré Bemfica Toledo (IG), Christiane Girard Ferreira Nunes (ICS), Edson Silva de Farias (ICS), Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos (ICS), Nair Heloísa Bicalho de Sousa (IH), Layla Jorge Teixeira César (DCE), Sayonara de Amorim Gonçalves Leal (ICS), Simone Perecmanis (FAV), Ana Maria Resende Junqueira (FAV), Marco Antônio Amato (IF), Antônio Carlos Pedroza (IF), Délcia Maria de Mattos Vidal (FAC), Maria Zélia Borba Rocha (FE), Amaralina Miranda de Souza (FE), Shirleide Pereira da Silva Cruz (FE), Antônio César de Oliveira Guedes (SINTFUB), Messias Adjalbas Muniz Barbosa (SINTFUB), Dianne Magalhães Viana (FT), Andrea Cristina dos Santos (FT), Simone Borges Simão (FT), Cristina Celia Silveira Brandão (FT), Wildson Luiz Pereira dos Santos (IQ), Elaine Rose Maia (IQ), Georgete Medleg Rodrigues (DPP), Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende (FEF), Edson Marcelo Húngaro (FEF), Tiago Barros Pontes e Silva (IdA), Rosana Andrea Costa de Castro (IdA), Maria Isabel Montandon (IdA), Thiago Marinho e Silva (DCE), Sely Maria de Souza Costa (FCI), Darcilene Sena Rezende (FCI), Maria Alice Guimarães Borges (FCI),



Cristina Patriota de Moura (DAN), Carla Costa Teixeira (ICS), Gustavo Sérgio Lins Ribeiro (ICS), Claisy Maria Marinho Araújo (IP), Maria Ângela Guimarães Feitosa (IP), Laércia Abreu Vasconcelos (IP), Eliane Mendes Guimarães (FUP), Regina Coelly Fernandes Saraiva (FUP), Jair Reck (FUP), Fátima Bruno (DGP), Ana Teresa Athayde Colnago (DGP), Cláudia da Conceição Garcia (FAU) e Eduardo Raupp de Vargas (DAC) para, sob presidência da primeira e vice-presidência do segunda, elaborar minuta do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, a ser encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão desta Instituição.

Art. 2º

Este Ato entra em vigor a partir desta data e revoga o Ato da Reitoria n. 2106-A/2010, de 1º/9/2010.

Brasília, 11 de fevereiro de 2011.

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor



ATO DA REITORIA N. 0684/2011

Institui Grupo de Trabalho para Sistematização do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, no âmbito da Comissão Geral de elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional da UnB.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO E REITOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, no uso das atribuições,

R E S O L V E:

Constituir, no âmbito da Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional – instituída pelo Ato da Reitoria n. 0226-A, de 11/2/2011 – grupo de trabalho composto pelos Professores Ilma Passos de Alencastro Veiga (FE), Cristina Massot Madeira Coelho (FE), Nilce Santos de Melo (FS), Maria Zélia Borba Rocha (FE), Antonio José Costa Cardoso (FS), Simone Perecmanis (FAV), Délcia Maria de Mattos Vidal (FAC), Eurico Antônio Gonzalez Cursino dos Santos (ICS) e Silene de Paulino Lozzi (IB) para, sob presidência da primeira e vice-presidência da segunda, efetuar a sistematização do Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília, em conformidade com as diretrizes e deliberações da Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político-Pedagógico da Universidade de Brasília.

Brasília, 25 de maio de 2011.

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor



O processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Universidade de Brasília

Incorporado como uma das grandes metas do Plano de Reestruturação da Universidade de Brasília – REUNI, o Projeto Político Pedagógico da Universidade de Brasília – PPPI - UnB - começou a ser discutido em 2008. Ao longo do segundo semestre de 2008 e durante o ano de 2009 foram organizados os Seminários UnB em Reestruturação, com o objetivo de mobilizar a coletividade para a construção coletiva do documento. Desde os primeiros momentos, três diretrizes impulsionaram esse processo: a) a construção coletiva; b) a negociação da comunidade acadêmica; c) a flexibilidade na concepção metodológica.

Fizeram parte dos Seminários UnB em Reestruturação, nesse período inicial, os seguintes eventos, com a participação dos professores mencionados como palestrantes: “O Projeto Político Pedagógico da Universidade de Brasília” - Ilma Veiga Passos (UnB) e Prof.^a Iguatemy Maria de Lucena Martins (INEP), em 14/05/2009; “Universidade e Sociedade”, Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra), em 04/06/2009; “O Futuro da Universidade e o Mundo Incerto”, Alfredo Pena-Vega (Observatório Internacional de Reformas Universitárias, França), em 18/06/2009; “Repensando o Acesso à Universidade”, Luiz Otávio Langlois (UFRJ), Renato Hyuda de Luna Pedrosa (UNICAMP) e Marcus Vinícius Araújo Soares (UnB), em 22/06/2009; “I Fórum das Licenciaturas: formação de professores”, Selma Garrido (USP) e João Carlos Teatini (CAPES-MEC), em 13/08/2009; “II Fórum das licenciaturas da Universidade de Brasília: marcos legais e licenciaturas”, Ilma Veiga Passos (UnB) e Lívia Borges (UnB), em 14/10/2009; “III Fórum das licenciaturas da UnB: saberes docentes e formação de professores”, Albertina Mitjans Martinez (UnB) e Maria Cristina C. C. de Azevedo (UnB), em 04/11/2009; “Encontro de professores sobre educação superior on line: troca de experiências com especialistas de Portugal, Espanha e Brasil”, Hermano Duarte Almeida e Carmo (Universidade Aberta de Portugal), Jesús Ignacio Martin Cordero (Universidad Nacional de Educación a Distancia - Espanha) e Maria Luiza Belloni (UFSC), em 23/11/2009; “IV Fórum das licenciaturas da UnB: demandas e desafios da profissão docente”, com os professores licenciados egressos da UnB Lucian Silva, Patrícia Nunes de Kaiser, Valéria Castro e Jorge Augusto Gonçalves, em 09/12/2009.

Esse conjunto de conferências, palestras e mesas redondas contribuiu para fortalecer a identidade da Universidade como espaço público de debate e do diálogo fundado na reflexão coletiva. No entanto, a rotatividade do público participante em cada evento de



reflexão para a elaboração do PPPI - UnB dificultou a formação efetiva de grupos para a redação do documento.

Assim, percebeu-se que o objetivo de mobilização orgânica da coletividade de docentes, discentes e técnicos administrativos, para a construção do PPPI - UnB, deveria ser buscado por meio de outras estratégias. No primeiro semestre de 2010, a partir do princípio pedagógico da construção processual, foi feita a revisão do planejamento inicial.

Com ênfase diferenciada, os seminários UnB em Reestruturação continuaram ocorrendo: “II Seminário interno: Reforma das licenciaturas da UnB: práticas de ensino e estágio curricular docente”, com os professores Jeane Cristina Gomes Rotta (UnB) e Márcio Florentino Pereira (UnB), em 28/05/2010; “Projeto Político Pedagógico Institucional da UnB: o projeto da UNILA e as universidades paradigmáticas brasileiras”, com o Reitor Héglio Trindade (UNILA), em 30/09/2010 e “Projeto Político Pedagógico Institucional da UnB: universidade e o Plano Brasil”, com o Ministro Samuel P. Guimarães, em 22/11/2010.

Para se imprimir uma maior objetividade ao processo de elaboração do PPPI, solicitou-se a indicação formal de representantes de unidades acadêmicas, de organizações representativas de classes e de estudantes e de instâncias administrativas da universidade, os quais foram nomeados para integrar a Comissão Geral de Elaboração do PPPI da UnB, por meio de Ato da Reitoria 2106-A/2010, de 1º de setembro de 2010. Considerou-se que, assim, a participação continuada dessa representação contribuiria para o êxito do processo.

Paralelamente à indicação de representantes, instituiu-se comissão para a organização de um Texto de Referência do PPPI - UnB, composta pelas professoras Ilma Veiga Passos, Nina Laranjeira e Cristina M. Madeira Coelho. O Texto de referência foi organizado pela compilação de temas recorrentes nas discussões dos eventos anteriores, identificados na literatura e presentes na experiência das referidas professoras.

O planejamento metodológico previu a organização dos membros da Comissão Geral de Elaboração do PPPI da UnB em grupos de trabalho, a partir dos sete grandes temas abordados pelo Texto de Referência: Grupo 1 - História; Grupo 2 - Missão, Função, Valores, Princípios e Perfil do Egresso; Grupo 3 - Princípios Pedagógicos Fundantes da Universidade - Ensino, Pesquisa e Extensão; Grupo 4 - Formação Profissional - Graduação (bacharelado e licenciatura) e pós-graduação; Grupo 5 - Avaliação e Indicadores, Grupo 6 - Desenvolvimento Profissional: docentes e técnicos-administrativos (carreira, condições de trabalho e formação profissional); Grupo 7 - Gestão Institucional Democrática e Participativa.



De acordo com essa proposta, já no segundo semestre de 2010 foram realizadas três reuniões com os representantes indicados para organização dos grupos de trabalho e definição de um calendário norteador do processo. Cada representante optou por participar em um grupo, sendo escolhido um coordenador por grupo. Os grupos trabalharam de outubro de 2010 a março de 2011 com vistas a apresentar texto referente ao seu tema específico. No início de maio de 2011, os grupos 1, 2, 3, 5 e 7 apresentaram em plenária o resultado dos trabalhos. Consensuou-se, então, um novo prazo para a conclusão dos trabalhos dos grupos 4 e 6, e decidiu-se pelo início concomitante dos trabalhos do Grupo de Sistematização, formado pelos professores coordenadores dos grupos de trabalho e pela coordenação pedagógica do DEG, sob a presidência da Prof.^a Ilma Passos.

Por meio de reuniões sistemáticas, o Grupo de Sistematização buscou reorganizar os textos produzidos pela coletividade representada nos grupos de trabalho em um texto único. O processo de sistematização, portanto, visou a conferir unidade, coerência interna e coesão ao texto que agora será submetido à consulta pública. É necessário ressaltar, ainda, que esse é um texto de múltiplas mentes e mãos, e que, sem dúvida, a diversidade dos autores participantes no processo transparece no documento que agora passa à apreciação da comunidade para receber emendas aditivas, supressivas e substitutivas.

A UnB, por meio dessa proposta de Projeto Político Pedagógico Institucional, reafirma os seus ideais fundantes e se lança para os próximos 50 anos, em consonância com sua missão de “Ser uma universidade comprometida com o saber e a busca de soluções de problemas do País e da sociedade, educando homens e mulheres para o compromisso com a ética, com os direitos humanos, o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a produção de conhecimento científico, cultural e tecnológico, dentro de referenciais de excelência acadêmica e de transformação social.”

Brasília, 13 de julho de 2011.

Prof^a Márcia Abrahão Moura
Presidente
Comissão Geral de Elaboração
do PPPI da UnB

Prof^a Denise Imbroisi
Vice-presidente
Comissão Geral de Elaboração
do PPPI da UnB



Comissão Geral de Elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília

Prof.^a Márcia Abrahão Moura (DEG)
Prof.^a Denise Imbroisi (DEG)
Prof.^a Cristina Massot Madeira Coelho (DEG)
Prof.^a Nina Paula Ferreira Laranjeira (DEG)
Prof.^a Ilma Passos Alencastro Veiga (FE)
Prof.^a Silene Paulino Lozzi (IB)
Prof.^a Mariana de Senzi Zancul (IB)
Prof.^a Maria de Fátima M. A. Santos (IB)
Prof.^a Anamélia Lorenzetti Bocca (IB)
Prof.^a Graziela Dias Teixeira (IPOL)
Prof.^a Paola Novaes Ramos (IPOL)
Prof.^a Rozana Reigota Naves (IL)
Prof. Henrique Huelva Unternbaumen (IL)
Prof.^a Nilce Santos de Melo (FS)
Prof. Antônio José Costa Cardoso (FS)
Prof.^a Celeste Ainda Nogueira Silveira (FS)
Prof.^a Márcia Cristina Freire de Souza Amaral
Prof. Dioclécio Campos Júnior (FM)
Prof.^a Jussara Rocha Ferreira (FM)
Prof.^a Fernanda Cristiana P. Garcia (FS)
Prof.^a Enéa de Stutz e Almeida (FD)
Prof.^a Gabriela Neves Delgado (FD)
Elisabeth de Araújo Ferreira (DPO)
Júlio César Goulart Garay (SAA)
Prof.^a Clélia Maria de S. F. Parreira (FCE)
Prof.^a Vera Regina Fernandes (FCE)
Prof.^a Maria de Fátima Souza e Silva (FGA)
Prof. Sérgio Antônio A. de Freitas (FGA)
Prof.^a Leocádia Aparecida Chaves (DEX)
Prof.^a Flávia Mazitelli de Oliveira (DEX)
Prof. Luis Antônio Pasquetti (DEX)
Prof. Rudi Henri Van Els (FGA)
Prof.^a Cláudia Malon (DEX)
Prof.^a Eliane Santos Cunha (DEX)
Prof.^a Adalene Moreira Silva (IG)
Prof.^a Catarina Labouré Bemfica Toledo (IG)
Prof.^a Christiane Girard Ferreira Nunes (ICS)
Prof. Edson Silva de Farias (ICS)
Prof. Eurico Antônio G. C. dos Santos (ICS)
Prof.^a Nair Heloísa Bicalho de Sousa (IH)
Layla Jorge Teixeira César (DCE)
Prof.^a Sayonara de A. Goncalves Leal (ICS)
Prof.^a Simone Peregmanis (FAV)
Prof.^a Ana Maria Resende Junqueira (FAV)
Prof. Marco Antônio Amato (IF)
Prof. Antônio Carlos Pedroza (IF)
Prof.^a Délcia Maria de Mattos Vidal (FAC)
Prof.^a Maria Zélia Borba Rocha (FE)
Prof.^a Amaralina Miranda de Souza (FE)
Prof.^a Shirleide Pereira da Silva Cruz (FE)
Antônio César de Oliveira Guedes (SINTFUB)
Messias Adjabas Muniz Barbosa (SINTFUB)
Prof.^a Dianne Magalhães Viana (FT)
Prof.^a Andrea Cristina dos Santos (FT)
Prof.^a Simone Borges Simão (FT)
Prof.^a Cristina Célia Silveira Brandão (FT)
Prof. Wildson Luiz Pereira dos Santos (IQ)
Prof.^a Elaine Rose Maia (IQ)
Prof.^a Georgete Medleg Rodrigues (DPP)
Prof. Alexandre Luiz G. de Rezende (FEF)
Prof. Edson Marcelo Húngaro (FEF)
Prof. Tiago Barros Ponte e Silva (IdA)
Prof.^a Rosana Andrea Costa de Castro (IdA)
Prof.^a Maria Isabel Montandon (IdA)
Thiago Marinho e Silva (DCE)
Prof.^a Sely Maria de Souza Costa (FCI)
Prof.^a Darcilene Sena Rezende (FCI)
Prof.^a Maria Alice Guimarães Borges (FCI)
Prof.^a Cristina Patriota de Moura (DAN)
Prof.^a Carla Costa Teixeira (ICS)
Prof. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro (ICS)
Prof.^a Claisy Maria Marinho Araújo (IP)
Prof.^a Maria Ângela Guimarães Feitosa (IP)
Prof.^a Laércia Abreu Vasconcelos (IP)
Prof.^a Eliane Mendes Guimarães (FUP)
Prof.^a Regina Coelly Fernandes Saraiva (FUP)
Prof. Jair Reck (FUP)
Dr.^a Gilca Ribeiro Starling Diniz (DGP)
Prof.^a Ana Teresa Athayde Colnago (DGP)
Prof.^a Cláudia da Conceição Garcia (FAU)
Prof.^a Rachel Nunes da Cunha (DAC)



Grupo de Sistematização

Profa Ilma P. Alencastro Veiga (UnB), presidente da comissão
Profa Cristina M. Madeira Coelho (FE-DEG), vice-presidente da comissão
Prof. Antônio José Costa Cardoso (FS)
Profa Délcia Maria de Matos Vidal (FAC)
Prof. Eurico Antonio G. Cursino (ICS)
Profa Maria Zélia Borba Rocha (FE)
Profa Nilce Santos de Melo (FS)
Profa Silene de Paulino Lozzi (IB)
Profa Simone Perecmaniss (FAV)

Membros dos Grupos de Trabalho

Prof. Álvaro Nogueira (FT)
Prof^a. Ana Amélia Lorenzetti Bocca (IB)
Prof. Antônio Carlos Pedroza (IF)
Prof. Antônio José Costa Cardoso (FS)
Prof^a. Celeste Aida N. Silveira (FM)
Prof^a. Claisy Maria Marinho Araujo (IP)
Prof^a. Cláudia Nalon (IE)
Prof^a. Clélia Parreira (FCE)
Prof^a. Cristina Celia S. Brandão (FT)
Prof^a. Délcia Maria de Matos Vidal (FAC)
Prof^a. Denise Imbroisi (DEG)
Prof^a. Elaine Rose Maia (IQ)
Prof. Eurico Antonio G. Cursino (ICS)
Prof^a. Fernanda Cristina P. Garcia (FS)
Prof^a. Gabriela Neves (FD)
Prof^a. Georgete Medleg Rodrigues (DPP)
Gláucia Lopes Luiz Evangelista (DPO)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (DAN)

Prof. Jean-Louis Guerroue (FUP)
Prof^a. Laércia Abreu Vasconcelos (IP)
Prof^a. Leocádia Chaves (DEX)
Prof. Lúcio Rennó Remuzat Jr. (IPOL)
Prof. Luis Antonio Pasqueti (DEX)
Prof^a. Maria Alice Guimarães Borges (FCI)
Prof^a. Maria de Fátima Souza e Silva (FGA)
Prof^a. Maria Zélia Borba Rocha (FE)
Prof^a. Nair Bicalho (CDS)
Prof^a. Nilce Santos de Melo (FS)
Prof^a. Rachel Nunes da Cunha (IP)
Prof^a. Rozana Reigota Naves (IL)
Prof. Sérgio Freitas (FGA- DEG).
Prof^a. Shirleide Cruz (FE)
Prof^a. Silene Lozzi (IB)
Prof^a. Simone Perecmaniss (FAV)
Prof. Wildson Luiz P. dos Santos (IQ)
Thiago Marinho e Silva (DCE)



ÍNDICE

| | |
|---------------------|---|
| Apresentação | |
| | Introdução UnB: uma utopia possível 7 |
| 1 | UnB: origens, desenvolvimento, inserção social 10 |
| 2 | Missão, Princípios e perfil do egresso 18 |
| | 2.1. Missão 18 |
| | 2.2. Função 19 |
| | 2.3. Princípios/Valores 19 |
| | 2.4. Perfil do Egresso 20 |
| 3 | Princípios Pedagógicos Fundantes da Universidade 21 |
| | 3.1 Ensino de graduação: diretrizes norteadoras 22 |
| | 3.2 Pesquisa: diretrizes norteadoras 23 |
| | 3.3 Extensão: diretrizes norteadoras 28 |
| 4. | Formação e Desenvolvimento Profissional 32 |
| | 4.1 Formação Profissional 32 |
| | a. Graduação: Bacharelados, Licenciatura, Educação a Distância 33 |
| | b. Pós-Graduação: lato sensu, stricto sensu, e pós doc 35 |
| | c. Educação a distância (EAD) e tecnologias da informação e da comunicação (TICs) 37 |
| | 4.2 Desenvolvimento profissional: docentes e técnico- 40 |



administrativos

| | |
|---|-----------|
| 5. Avaliação e Indicadores | 42 |
| 6. Gestão Democrática e Participativa | 48 |
| 6.1 Organização e estrutura administrativa | 48 |
| 6.2 Modelo de gestão | 50 |
| Referências bibliográficas | 52 |



1 INTRODUÇÃO

2 UnB: uma utopia possível

3

4 Pode-se aceitar que a Universidade de Brasília, UnB, seja compreendida
5 como uma instituição que produz conhecimento. Essa é, no entanto, uma
6 premissa redutora que confere vida própria à instituição, sem referências às
7 pessoas que nela convivem. Assim, a UnB deve, sobretudo, ser considerada
8 como uma instituição em que convivem sujeitos que produzem conhecimento e
9 que transmitem, socializam e aplicam o conhecimento e tecnologia que criam.
10 Quer dizer, essa coletividade atua sobre as diferentes dimensões em que se
11 aborda o conhecimento e que exigem como o princípio primeiro a Ética para com
12 o Outro. Uma Ética da convivência, que sustente as práticas educativas que
13 permeiam todas as dimensões e estruturas que caracterizam a Universidade.
14 Práticas educativas que, além de contribuir e fornecer elementos para mediar a
15 inserção de novas gerações no universo do trabalho, da sociabilidade, da cultura
16 simbólica, efetivam-se pela exploração de mediações curriculares capazes de
17 traduzir os meios para atingir tais fins e, sobretudo, contribuir para a
18 humanização das pessoas. A Universidade só se legitima, então, se for ética, se
19 responder ao compromisso fundamental do respeito radical à dignidade humana
20 dos sujeitos que nela se envolvem.

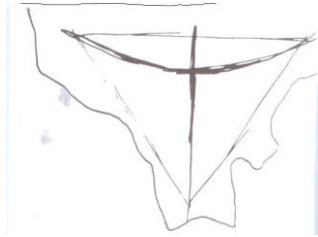
21 A Universidade de Brasília se constitui diretamente da utopia do projeto
22 original da cidade que a abriga, a cidade que “nasceu do gesto primário de quem
23 assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto,
24 ou seja, o próprio sinal da cruz” em que um dos eixos foi arqueado a fim de
25 “contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada”. (Relatório de
26 Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília, em Plano Orientador da Universidade
27 de Brasília, 1962: s/pag.)

28



29

30



31

32

Fig 1: o gesto primário do traçado do Plano Piloto, se repete no símbolo da UnB

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

Redimensionando o espaço triangular para a área do retângulo, o símbolo da UnB mantém e reafirma o traço original. A metáfora visual se amplia: as linhas brancas que representam o traço original podem ser lidas como o símbolo dos sujeitos humanos, Ψ , que reitera a opção assinalada ao final do primeiro parágrafo. Passa, assim, a marcar a identidade visual de uma universidade de Brasília, criativa e inovadora como o projeto original e marco paradigmático, pois organizada para responder às funções que então se delinearam e que não poderiam "ser exercidas por uma universidade do tipo tradicional".(Plano Orientador da Universidade de Brasília, 1962: s/pag.)

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

Uma universidade na qual se fez a opção por uma empreitada democrática em proposições pretensiosas na amplitude, mas em que se reconhece os meandros de uma jovem história. Jovem em seus 50 anos, mas com uma trajetória histórica rica em caminhos e descaminhos, conforme um dia lamentou seu fundador Darcy Ribeiro, reafirma a força da utopia que a originou como uma universidade que se orienta para além do desejo, pois que continuamente se lança a um horizonte utópico quando chega a uma meta projetada. Utopia, portanto, que configura tempos cheios de futuro, compreendida na perspectiva da história cuja dinâmica aloja muitos possíveis além das experiências existentes e assim, exige capacidade de elaborar criticamente seu momento e ao mesmo tempo considerar a possibilidade de transformação do modo como organiza a produção de sua existência social. Utopia que não está definida como um dever-



55 ser, mas como devir de crenças e valores organizados como princípios de novos
56 modelos sociais que exigem a proposição de novos projetos de organização
57 pedagógica.

58 Este é o desafio que ora se impõe: a construção de um Projeto Político
59 Pedagógico Institucional que nos projete para um futuro utópico, porém
60 conectados com nossa tradição e cultura; que ouse para a inovação, mas que
61 reconheça os valores que nos são caros e devem ser preservados; que trame a
62 coletividade a partir da diversidade das singularidades que nos compõem; que, a
63 partir de nossa pluralidade não neutra, explicita para a sociedade nossa proposta
64 pedagógica; que nos ponha em conexão com os contextos sociais locais,
65 regionais e globais a partir da nossa própria dimensão social; mas que,
66 sobretudo, indique nossas concepções sobre que universidade e para qual
67 sociedade estamos nos dirigindo, explicitando qual a relação entre sociedade e
68 universidade pretendemos ser/construir. Enfim, que nos lance definitivamente
69 em uma agenda do século XXI com roteiros possíveis para o enfrentamento dos
70 desafios da nossa contemporaneidade.

71

72

73

74

75



76

77 **UnB: origens, desenvolvimento e inserção social**

78

79 Embalada pelo signo criador da capital que a abriga, em forte sintonia com
80 a configuração do momento histórico da abertura de fronteiras nacionais, da
81 busca por novas formas de organização e convívio da coletividade urbana, a a
82 criação da Fundação Universidade de Brasília foi proposta à Câmara dos
83 Deputados no primeiro ato presidencial após a inauguração de Brasília, em 21 de
84 abril de 1960.

85

86 O ano e meio que separou a proposição do ato oficial da inauguração da
87 Universidade de Brasília (Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961) foi período
88 que configurou a plenitude inovadora do processo de construção e
89 implementação daquilo que hoje em dia é chamado de Projeto Político
90 Pedagógico.

91

92 Um **projeto** de educadores – entre eles Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira –
93 comprometidos com a ação **política** para a implantação de uma universidade
94 com forte identidade cultural e social com a recém inaugurada capital da
95 República e que, criativamente, institui organização acadêmico-**pedagógica**
96 inovadora frente o paradigma universitário no Brasil.

97

98 Esse documento, o Plano Orientador da Universidade de Brasília,
99 apresentou três características principais para a UnB:

100

101 • o sistema tripartido relativo à estrutura acadêmico-administrativa da
102 universidade, composto pelos institutos (pesquisa e pós-graduação),
103 faculdades (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio
104 interno e interface *campus*-cidade e universidade-sociedade);

105

106 • o sistema de ciclos, em que no primeiro ciclo ou sistema básico o estudante
107 de graduação (calouro) tinha acesso aos conteúdos básicos e propedêuticos
108 de ciências, humanidades (artes, filosofia e letras) e tecnologia;

109

110 • a gestão colegiada (instâncias básicas formadas pelos colegiados,
111 intermediárias pelas congregações e superiores pelos conselhos).



106 Diferente do modelo de universidade tradicional então existente, a UnB foi
107 a primeira no país organizada em institutos e faculdades aos quais eram comuns
108 os dois primeiros anos de formação básica. Os anos seguintes eram cursados em
109 uma faculdade, se a opção do estudante fosse a profissionalização, ou em um
110 instituto, caso a opção fosse por uma carreira científica.

111 Além de evitar a repetição de conteúdos e permitir a mobilidade discente,
112 tratava-se, já naquele momento, de um estímulo à interdisciplinaridade e,
113 invariavelmente, as “disciplinas de integração”, como eram chamadas as
114 disciplinas do ciclo básico, contribuía para uma visão de mundo crítica e
115 problematizadora da realidade vivida pelo país.

116 O golpe de 1964, no entanto, veio interromper a experiência dessa nova
117 Universidade. Três vezes invadida e constantemente desrespeitada, a Instituição
118 decaiu frente à rotina das perseguições, delações, prisões, afastamentos,
119 demissões e desaparecimentos. De modo que, em outubro de 1965, 223
120 docentes pediram demissão de suas funções acadêmicas. O projeto, inicialmente
121 imaginado, foi sepultado.

122 Durante a ditadura militar, a educação superior sofreu duas grandes
123 reformas, em 1968 e 1971, ambas precedidas por acordos com a USAID (*United*
124 *Agency for International Development*) dos EUA. Na UnB, essas novas
125 orientações legais não foram reunidas em um novo projeto político pedagógico.
126 Porém, as vivências acadêmico-pedagógicas do modelo imposto mantiveram
127 parte das inovações propostas anteriormente, tais como a permanência dos
128 institutos e faculdades, o fim da cátedra, o sistema de créditos e a manutenção
129 dos ciclos básico geral e profissional.

130 No entanto, naqueles tempos a UnB passou a ser gerida de forma
131 centralizada, sem que houvesse espaços para inovações acadêmico-pedagógicas,
132 nem para manifestações ou questionamentos. O vestibular passou a se realizar
133 por carreiras específicas; o número de disciplinas optativas de caráter geral
134 diminuiu drasticamente; experiências pedagógicas inovadoras como o Método de
135 Instrução Personalizada – Método Keller – ou a vinculação do curso de Medicina



136 ao Hospital de Sobradinho, foram extintas, assim como várias atividades de
137 extensão, salvo as conduzidas pelo regime militar, como o Projeto Rondon.

138 A UnB cumpria todas as determinações legais do Conselho Federal de
139 Educação, como a obediência ao Currículo Mínimo e ao número de horas-aulas
140 exigidas, a divisão dos cursos entre Ciclo Básico e Ciclo Profissional, e a escolha
141 do curso feita de forma específica no ato de inscrição no vestibular. Entretanto,
142 esses cursos eram englobados em duas grandes áreas: a de Humanidades e a de
143 Ciências. A cada uma delas correspondia um Ciclo Básico, fase compulsória para
144 o acesso ao Ciclo Profissional.

145 Os objetivos do Ciclo Básico incluíam a superação de deficiências oriundas
146 do Ensino Médio, conhecimentos básicos indispensáveis para formação
147 profissional e elementos gerais de cultura científica e/ou humanística. A despeito
148 da quase unanimidade do reconhecimento da formação incompleta dos
149 ingressantes, particularmente nas linguagens vernácula e matemática, a
150 recuperação de deficiências do Ensino Médio era inócua para quem dela não
151 necessitasse, e superficial e incompleta para aqueles que seriam os seus
152 beneficiários.

153 Assim, as disciplinas do Básico acabavam centradas no estudo dos
154 conhecimentos pertinentes a cada uma das carreiras, o que gerava pelo menos
155 dois problemas: a inexistência de conexão entre esses conhecimentos básicos e
156 os que seriam vistos na formação profissional ou, o que era ainda mais grave, o
157 estudante só tomava contato com a carreira após a conclusão do Básico; e,
158 segundo, os conteúdos muito específicos das disciplinas destinadas às carreiras
159 correlatas que todos eram obrigados a cursar.

160 Com o processo de redemocratização do Estado brasileiro que, na UnB, foi
161 personalizado pela eleição direta para Reitor, em 1984, passam a ser eixos
162 condutores das atividades acadêmico-pedagógicas propostas pela Reitoria a
163 revisão dos processos ocorridos durante os anos de exceção, o fortalecimento
164 das decisões colegiadas e a integração social e cultural da UnB com a
165 comunidade externa, princípio que passa a nortear fortemente as experiências,



166 por exemplo, da educação a distância. Dessa forma, nesses momentos de virada
167 democrática, foi sendo percebida como indispensável a reestruturação do ensino
168 de graduação, visando solucionar problemas oriundos do período anterior.

169 As principais mudanças foram estabelecidas na Resolução 027/1987 do
170 Conselho Universitário (CONSUNI), que extinguiu a distinção formal entre as
171 grandes áreas, Ciências e Humanidades, e decretou o fim do Ciclo Básico Geral.

172 Por outro lado, todos os cursos de graduação da UnB passaram a ser
173 estruturados em dois módulos: o Integrante e o Livre. O Módulo Integrante,
174 largamente dominante, era formado pela Área de Concentração ou de caráter
175 disciplinar específico e pela Área Conexa. Já o Módulo Livre, correspondendo à
176 pequena parcela do total de créditos exigidos, destinava-se ao espaço curricular
177 para o contato do aluno com qualquer área de conhecimento ou campo de
178 atuação, bem como para as atividades complementares. Além disso, foram
179 introduzidos fluxogramas de sequenciação curricular para todos os cursos,
180 resultando num sistema acadêmico semi-seriado.

181 A reestruturação do ensino de graduação aportada pela Resolução
182 027/1987 do CONSUNI representou um relativo sucesso na modernização da
183 gestão acadêmica, mas foi incapaz de solucionar vários problemas pedagógicos
184 presentes no sistema de Ciclos Básico e Profissional. Além disso, gerou outros,
185 novos e graves problemas, como a estrutura seriada nos currículos de vários
186 cursos, sem espaços para qualquer formação interdisciplinar. As recomendações
187 anexadas à Resolução 027/1987 foram, em geral, ignoradas pelos cursos,
188 especialmente a integração entre formação profissional e geral; e ainda, entre
189 ensino, pesquisa e extensão. A adoção de uma perspectiva aberta na
190 categorização das disciplinas como restritas, adotada somente quando houvesse
191 justificativas profissionais ou pedagógicas inarredáveis, também foi ignorada e
192 considerada instrumento administrativo inibidor de demandas genuínas.

193 Paralelamente ao processo de reestruturação do ensino presencial, passa a
194 funcionar na UnB, a partir de 1979, a Educação a Distância (EAD) que
195 modernizou, promoveu e facilitou o acesso à educação, cultura e saberes nas
196 suas diversas áreas, buscando superar obstáculos da distância física e temporal



197 por meio das mais variadas ferramentas de interatividade e recursos que mais
198 tarde foram expandidas com a utilização do software *Moodle*. Nesses últimos
199 anos houve um enorme acréscimo nas atividades de Ensino à Distância na UnB.
200 Várias disciplinas foram criadas segundo esta modalidade. Além disso, disciplinas
201 ditas presenciais funcionam, na prática, como semipresenciais. A Universidade
202 Aberta do Brasil (UAB) surgida de uma política nacional gerenciada pela CAPES,
203 consolidou o processo de EAD na Universidade de Brasília, a partir de 2007, e
204 buscou superar obstáculos da institucionalização que distância física e temporal
205 por meio das mais variadas ferramentas de interatividade e recursos.

206 Ao final da década de 1980, foram criados os cursos noturnos na UnB,
207 após debate integrador sobre a formação dos licenciados pelos professores
208 ligados ao Núcleo de Estudos e Acompanhamento das Licenciaturas- NEAL.
209 Foram criados os cursos de Administração e Esquema I (que oferecia formação
210 psicopedagógica aos docentes do Ensino Médio profissionalizante), em 1988, e o
211 de Arquivologia, em 1991. No entanto, esses cursos foram implantados,
212 praticamente, sem contratações de novos docentes e sem aportes adicionais de
213 recursos financeiros às unidades que os tinham sob suas responsabilidades.

214 Ocorre nessa mesma época, a reestruturação do Centro de Processamento
215 de Dados, que passa a se chamar Centro de Informática –CPD- com a tarefa de
216 desenvolver as atividades de caráter permanente de apoio tecnológico,
217 necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão no que se
218 refere ao processamento de dados acadêmicos e administrativos.

219 Com a aprovação da Lei No. 8.618 de 04 de janeiro de 1993, a UnB obteve
220 a autorização do Congresso Nacional, para contratar 136 novos docentes visando
221 suprir as carências dos cursos noturnos já existentes, mas também para a
222 criação de sete novas licenciaturas. Com essas licenciaturas, criaram-se as
223 condições para a abertura de novos cursos e, conseqüentemente, para a real
224 existência de um turno noturno, como de fato ocorre hoje na UnB.

225 De 1994 a 2002, a Educação Superior sofreu o impacto das políticas
226 neoliberais adotadas pelo governo para a Educação, o que resultou em três



227 características históricas que marcaram a educação superior pública no período,
228 a saber: o sucateamento das universidades federais (cortes de verbas e não
229 abertura de concursos públicos para as carreiras docente e técnico-
230 administrativa); a ausência de uma política de assistência estudantil; e a
231 expansão da educação superior privada por meio do financiamento público

232 Em consonância com esses novos tempos, a Reitoria realizou, em 1994, o
233 1º Encontro para Identificação de Problemas e Oportunidades (EIPO), com a
234 participação dos três segmentos da comunidade universitária – professores,
235 alunos e servidores técnico-administrativos. A partir dessas discussões, chegou-
236 se à proposta de institucionalização do Sistema de Planejamento na UnB, por
237 meio do plano de ação *UnB: Visão Estratégica*. A colaboração entre UnB e
238 iniciativa privada, governo, empresas estatais e outros organismos foi uma das
239 principais inovações que a partir de então passaram a fazer parte da vida da
240 Universidade.

241 Em 17 de fevereiro de 1995, o campus universitário recebe o nome de
242 Darcy Ribeiro.

243 Ainda que as três características citadas acima não tenham permitido
244 aproveitar a oportunidade oferecida pela LDB para operar mudanças que
245 tornassem a universidade mais competente, mais eficiente e mais integrada à
246 sociedade que a sustenta e com a qual estabelece relação direta, em 1996, a
247 UnB conseguiu implementar o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como
248 alternativa às formas tradicionais de ingresso, como o vestibular. Com grande
249 impacto social, no esforço de tornar mais democrático o acesso à educação
250 superior, a intenção do PAS era a de induzir uma melhor preparação do aluno
251 desde o primeiro ano do Ensino Médio. No processo seletivo para o 1º semestre
252 de cada ano, a UnB reserva 50% das suas vagas para o ingresso dos
253 participantes via PAS.

254 De 2003 a 2010, a educação superior pública é redirecionada para a
255 ampliação das universidades existentes, criação de novas universidades e
256 institutos federais de educação, crescimento alicerçado pelo Plano de
257 Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI).



258 No Brasil, a inclusão social por meio da expansão do contingente de
259 estudantes que têm acesso ao ensino superior não é uma opção, mas um
260 imperativo histórico, o que impõe à UnB a necessidade de uma formação
261 sintonizada com o mundo do trabalho, de ampliação da oferta de vagas, de
262 criação de novos *campi* e de novos cursos, inclusive noturnos e a distância.

263 Conjugados a essa tendência, no segundo vestibular do processo seletivo
264 de 2004, introduziu-se o sistema de cotas para negros – 20% das vagas para
265 estudantes que se declararem negros no ato da inscrição e optarem pelo sistema
266 de cotas. Esse sistema foi aprovado em junho de 2003 pelo Conselho de Ensino,
267 Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade. Nessa mesma sessão, foi, também,
268 aprovada a inclusão de 10 vagas semestrais para acesso a membros de
269 comunidades indígenas, por meio de processo seletivo específico. A UnB –
270 primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas – buscou assumir seu
271 papel na luta por um projeto de combate ao racismo e à exclusão social,
272 atendendo ao compromisso social da ampliação do acesso e do desenvolvimento
273 de garantias de permanência de estudantes.

274 Em 2007, repercutindo as ações políticas externas à Universidade, o
275 Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou, em sua 333ª reunião, realizada em
276 19 de outubro, o documento *A UnB rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e*
277 *Compromisso Social*, como carta de intenções para que a UnB ingressasse no
278 REUNI.

279 Entre esse primeiro movimento e a efetiva re-pactuação do Projeto REUNI-
280 UnB, em julho de 2008, ocorre o afastamento do então reitor, decorrente do
281 contexto político-econômico-administrativo interno. Face o prazo para a adesão
282 ao Projeto REUNI, a reitoria *pro-tempore* instalada, propôs a revisão do referido
283 documento aprovado em outubro do ano anterior, organizando período de
284 intensas discussões nos fóruns colegiados e em comissões da Universidade. Em
285 decorrência do esforço coletivo da comunidade universitária, o CEPE aprovou, em
286 junho de 2008, as diretrizes para adequação da proposta da UnB às diretrizes
287 gerais do REUNI. Já na 427ª reunião, aprovou a lista de cursos novos, a
288 ampliação de vagas nos cursos existentes e a estimativa de distribuição de



289 docentes e de recursos financeiros, com base nas demandas das unidades
290 acadêmicas. O CONSUNI aprovou a proposta em sua 339ª reunião, realizada em
291 04 de julho de 2008. A criação de novos *campi* – Planaltina, Gama e Ceilândia,
292 prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2002-2006, foi incluída na
293 proposta de adesão ao REUNI.

294 Assim, em outubro daquele ano, UnB e MEC pactuaram o Projeto REUNI-
295 UnB, que estabeleceu um conjunto de metas e indicadores a serem cumpridos no
296 período entre 2008-2012. O documento aprovado está disponível em
297 http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc_reuni_no
298 [vo.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc_reuni_no) (acesso em 23/02/2011).

299 As grandes transformações que caracterizam a Universidade nesses
300 últimos anos, em especial, as ações decorrentes da adesão ao REUNI, com a
301 multiplicação da Universidade em três novos *campi* e a institucionalização de um
302 programa de ensino de graduação a distância, indicam fortemente que a UnB
303 mais uma vez reafirma seu compromisso cultural e social com os diversos
304 contextos com os quais mantêm interlocução: com a cidade em que está
305 localizada; com o Distrito Federal como contexto da capital do país; com o
306 ecossistema da região do cerrado, na complexidade da relação entre o bioma
307 fortemente ameaçado e o desenvolvimento agrícola; com a difusão de
308 conhecimento em âmbito nacional; com a internacionalização constitutiva da
309 experiência universitária contemporânea. Enfim, uma Universidade orientada
310 pelo anúncio de Darcy Ribeiro: "*A vocação da UnB é ser uma universidade*
311 *completa.*"



312

313 2. Missão, valores, princípios e perfil do egresso

314

315 Aspectos que fundamentam os processos acadêmico-pedagógicos da
316 Universidade têm sido constantemente debatidos em diferentes instâncias
317 administrativas da UnB. A reunião de um conjunto de princípios fundantes e de
318 valores essenciais organizadores de aspectos da vida acadêmica indica para as
319 linhas condutoras do funcionamento e do desenvolvimento de ações do cotidiano
320 da universidade. Tornam-se, assim, tópicos que balizam a percepção sobre
321 diferentes formas de organizar os processos da universidade.

322

323 2.1 Missão

324

325 Os aspectos listados a seguir devem ser compreendidos como orientadores
326 da leitura da missão da UnB. Assim, a missão estabelecida para a Universidade
327 de Brasília, envolve:

- 328 • a efetiva institucionalização e o amplo conhecimento sobre a
329 indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 330 • o estabelecimento de um diálogo com a sociedade local para a definição de
331 uma agenda acadêmica;
- 332 • o alinhamento entre o conhecimento que a UnB constrói e divulga, ao longo
333 do processo de formação de seus alunos, com aquele que ela produz por
334 meio da prática da pesquisa;
- 335 • a afirmação da aprendizagem via pesquisa como responsabilidade de todos
336 os professores, alunos e servidores, na medida em que é o interesse da
337 sociedade que está em jogo;
- 338 • a identificação de e a indagação sobre os obstáculos que impedem que o
339 Brasil, em geral, e o DF, em particular, transformem-se em uma sociedade
340 mais justa, igualitária e livre;
- 341 • a geração de conhecimentos úteis à humanidade.

342



343 **2.2 Valores**

344

345 Os aspectos orientadores da leitura da missão da UnB se organizam a partir
346 de valores legitimados pelos processos históricos e culturais que permearam o
347 percorrer da Universidade de Brasília até hoje. São eles:

- 348 • a dignidade, a igualdade e a liberdade de todas as pessoas humanas;
- 349 • a ciência, enquanto uma forma de conhecimento confiável ao lado de
350 outras formas de saberes;
- 351 • o diálogo em termos de igualdade com essas outras formas de saberes;
- 352 • a tolerância e a compreensão para com as mais diversas formas de
353 manifestação de pensamento e de crença;
- 354 • a democracia como forma de organização política da sociedade em geral, e
355 da Universidade, em particular.

356

357

358 **2.3 Princípios**

359

360 Os valores legitimados pelos processos históricos e culturais se traduzem
361 em princípios norteadores dos fazeres acadêmicos mais gerais. Princípios caros
362 às atuações e aos pensamentos de todos os que na Universidade de Brasília
363 convivem. Considera-se como princípios da UnB:

- 364 • afirmar sempre os valores da igualdade e da liberdade de forma a auxiliar
365 vigorosamente sua difusão e articulação com os demais valores sociais;
- 366 • afirmar sempre a harmonia dos seres humanos e de suas sociedades com o
367 meio ambiente;
- 368 • atender à sociedade conhecendo a ela e à natureza que a cerca e
369 condiciona, e comunicando à sociedade tais conhecimentos;
- 370 • fazer das aulas espaços de ensino por meio da pesquisa, e fazer da
371 extensão ampla possibilidade de divulgação do conhecimento, de atuação
372 profissional, de estabelecimento de um diálogo com a sociedade.

373



374

375 **2.4 Perfil do egresso**

376

377 O perfil de egresso a ser construído por meio da formação profissional de
378 nível superior nas diferentes áreas do conhecimento é constituído de:

- 379 • espírito científico, pensamento reflexivo e estímulo à criação cultural;
- 380 • aptidão para a inserção nos diversos setores profissionais e para a
381 participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;
- 382 • capacidade de investigação científica, e de criação e difusão da cultura;
- 383 • domínio de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, e
384 capacidade de comunicar esses conhecimentos por meio do ensino, de
385 publicações e de outras formas de divulgação científico-cultural;
- 386 • capacidade de desenvolver trabalho colaborativo;
- 387 • desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional.

388



389

390

391

3. Princípios pedagógicos fundantes da Universidade: ensino, pesquisa e extensão

392

393

A dimensão dos processos pedagógicos na UnB se organiza a partir dos seguintes princípios fundamentais:

394

395

- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática;

396

397

398

- a contextualização social e histórica do conhecimento;

399

400

- a interdisciplinaridade e a flexibilidade como processos contemporâneos de construção do conhecimento;

401

- a diversidade como proposta de atuação e inclusão.

402

403

404

405

406

407

Assim, a Universidade de Brasília se compromete com uma formação humanista, crítica e reflexiva. Parte da compreensão de que é sua responsabilidade estimular e oportunizar a vivência de diferentes formas de pensar, produzir e socializar conhecimentos, com destaque para aqueles que possam contribuir para uma melhor compreensão da sociedade, bem como para a promoção das transformações sociais necessárias e desejadas.

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

Para tanto, entende que essa formação deva ser sólida e fortemente implicada na construção de novos padrões de produção e de consumo, comprometida com o desenvolvimento das pessoas, além de possuidora de identidade ética e estética que a torne capaz de possibilitar aos seus formandos e egressos lidarem com a sociedade do presente e, simultaneamente, com os desafios de criação de outros mundos possíveis, onde a espiritualidade, a sensibilidade, a tolerância e a consciência ecológica se aliem às capacidades cognitivas e ao desenvolvimento intelectual. Uma formação que preze pela liberdade de pensamento e pela solidariedade com o Outro, que favoreça o discernimento, leve à criatividade e fomenta o uso da imaginação, dimensões igualmente importantes na produção e na apropriação de conhecimentos e saberes relevantes tanto do ponto de vista científico quanto social.



420 Os princípios fundantes devem estar articulados nas diversas diretrizes
421 que norteiam ensino, pesquisa e extensão e que estão expostas a seguir.

422

423

424 **3.1 Ensino de graduação: diretrizes norteadoras**

425

- 426 • a observação e a reflexão são fundamentais para a compreensão da
427 realidade e implicam aprofundamento e/ou ampliação da articulação entre
428 teoria e prática, contribuindo para a integralização das atividades
429 acadêmicas e para a produção do conhecimento nas distintas áreas;
- 430 • os conhecimentos práticos, as competências e as habilidades para a
431 comunicação, para a análise crítica e criativa, para a reflexão
432 independente e para o trabalho colaborativo em equipe, em contextos
433 pluriculturais e interculturais, são elementos necessários à formação e
434 fazem parte do perfil do egresso da UnB;
- 435 • ao longo da formação é importante a problematização, a indagação e a
436 dúvida, como abordagens motivadoras e essenciais para o ensino,
437 pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento de
438 independência intelectual dos estudantes e para a busca de atualização e
439 aperfeiçoamento, aproximando as reflexões teóricas das atividades
440 práticas;
- 441 • o envolvimento dos alunos, desde o início, em processos de construção de
442 conhecimentos a partir da vida real, ensejando assim biografias que,
443 desde a raiz, estão comprometidas com a melhoria da sociedade, da
444 natureza e, simultaneamente, do próprio conhecimento científico;
- 445 • as inovações tecnológicas e metodológicas são suportes estratégicos à
446 aprendizagem discente e à produção científica;
- 447 • os conteúdos, as metodologias, os mecanismos de avaliação e demais
448 instrumentos de ensino-aprendizagem são partes da cultura e da
449 identidade pedagógica institucional;



- 450 • a promoção de intercâmbio científico e acadêmico entre docentes e
451 discentes, entre a graduação e a pós-graduação, entre a pesquisa e a
452 extensão são considerados como indicadores de excelência;
- 453 • a mobilidade docente e discente entre cursos e *campi* universitários deve
454 ser fomentada para permitir a construção de trajetórias acadêmicas
455 flexíveis, sem prejuízo de uma sólida formação;
- 456 • a excelência acadêmica deve ser constitutiva e constituinte da estreita
457 relação entre formação profissional e práticas sociais;
- 458 • a obrigatoriedade da realização de trabalhos de conclusão de curso (TCC),
459 conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve refletir a
460 síntese da formação social transformadora desenvolvida ao longo dos
461 anos de formação.
- 462

463 **3.2 Pesquisa: diretrizes norteadoras**

464

465 A UnB é uma das poucas instituições de ensino superior no país com
466 capital intelectual, material, político e cultural para aceitar o desafio de se tornar
467 uma universidade que atenda à crescente internacionalização sem perder a
468 inserção regional. Nela se desenvolve ciência e tecnologia, mas também cultura,
469 formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no país e
470 no mundo. Nela se constroem pontes de comunicação entre o conhecimento e a
471 sociedade. Enfim, cosmopolita e a direcionada à diversidade desde a sua criação,
472 deve conquistar padrão de referência, qualidade e relevância para outras
473 instituições.

474 Ancorada sobre seu modo de ser ligado intimamente à sua realidade local
475 e regional, a UnB também deve procurar a geração de conhecimentos úteis à
476 sociedade brasileira, em geral, e à humanidade. Sempre, porém, concebendo a
477 utilidade de acordo com o imperativo de seus princípios, sendo útil, portanto,
478 aquilo que desvenda os obstáculos e sugere caminhos à realização de seus
479 valores.



480 Na UnB, a pesquisa deve relacionar excelência acadêmica à aplicabilidade
481 do conhecimento, atendendo a demandas sociais, seja de políticas públicas, do
482 setor produtivo ou de organizações sociais. Para concretização desse objetivo, a
483 Universidade precisa estabelecer condições para apoiar e estimular a criação de
484 novos centros científicos (especialmente buscando a desconcentração do
485 sistema), aumentando, assim, a capacidade de produção científica (ao por em
486 atividade mais pesquisadores) e, ao mesmo tempo, levar os centros existentes a
487 serem centros de excelência de classe internacional, que possam produzir ciência
488 e formação de recursos humanos de alto impacto internacional.

489 Assim, em relação à pesquisa na UnB devem ser consideradas como
490 diretrizes norteadoras:

- 491 • a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como configuradora
492 da oferta de oportunidades institucionais para pesquisa no contexto da
493 formação profissional cidadã do estudante, portanto, princípio
494 estruturante da pesquisa na graduação e na pós-graduação;
- 495 • a vocação da Universidade para a pesquisa como norteadora da criação
496 dos modelos de fomento, de incentivo e de construção dos princípios
497 gerais da formação de recursos humanos em pesquisa;
- 498 • a geração de novos conhecimentos e tecnologias que sirvam como recurso
499 de ensino e de aprendizagem, assim como de aprimoramento da atitude
500 científica indispensável à formação superior;
- 501 • a expressão de normas e valores que transcendam a transitoriedade dos
502 mandados e, como eixo estratégico na Universidade, esteja lastreada em
503 um consenso social e político sobre a relevância da ciência e da tecnologia
504 (C&T) para a Universidade e a sociedade;
- 505 • a formulação de política própria e a adaptação de estruturas de modo a
506 propiciar a formação de grupos e sistemas interdisciplinares, sempre que
507 seja de interesse da sociedade, da instituição e dos novos campos de
508 pesquisa;
- 509 • a orientação para os dados da realidade local, regional e nacional, sem
510 perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos



- 511 descobertos e de suas interpretações;
- 512 • a incorporação efetiva da visão interdisciplinar, dando oportunidades para
- 513 novos pesquisadores e novas áreas e criando de redes de colaboração
- 514 intra e interinstitucionais;
- 515 • a estimulação das relações interinstitucionais, nacionais e internacionais
- 516 da UnB, possibilitando intercâmbios e parcerias, nos moldes da mobilidade
- 517 acadêmica presente na graduação;
- 518 • a orientação para sistemas de pesquisa flexíveis que promovam a
- 519 excelência científica e a interdisciplinaridade por meio do reconhecimento
- 520 da importância da pesquisa básica e da aplicada;
- 521 • a organização de agenda de pesquisas a serem feitas nos percursos de
- 522 formação dos alunos, estabelecida por meio de diálogo entre a
- 523 universidade e a sociedade local em que as pautas de pesquisa reflitam a
- 524 consciência, por parte dos professores e educandos, de problemas reais
- 525 de seu meio ambiente natural e social, porque desenvolver o ensino com
- 526 base na pesquisa significa trabalhar com a indagação e com a dúvida
- 527 científica, instrumentalizando o estudante a pensar e a ter independência
- 528 intelectual, que lhe possibilite a construção e a busca contínua do próprio
- 529 conhecimento.

530 Por outro lado, com respeito à infraestrutura e ao fomento da pesquisa, as

531 ações se orientam para:

- 532 • o estabelecimento de política de planejamento e de investimento em
- 533 pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) pela Universidade;
- 534 • a criação de espaços institucionais, interdisciplinares e multiusuários,
- 535 formados por professores/pesquisadores, como núcleo estruturante,
- 536 visando garantir a relevância social e científica da pesquisa em relação aos
- 537 objetivos institucionais;
- 538 • a criação de espaços e mecanismos institucionais, para disseminação do
- 539 saber e da produção científica produzidos na Universidade, como
- 540 instrumento de diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento e de



- 541 estímulo à criação de parcerias internas para o desenvolvimento de
542 pesquisa coletiva de alta qualidade;
- 543 • a criação de infraestrutura para apoiar iniciativas individuais ou associadas
544 em rede, frente às oportunidades apresentadas pelas agências
545 financiadoras;
 - 546 • o desenvolvimento de grupos de pesquisa com verbas de agências de
547 fomento e verbas próprias, criando um sistema de apoio à pesquisa:
548 valorização da ciência fundamental, apoio institucional que desonere o
549 tempo do pesquisador de tarefas administrativas e apoio diferenciado aos
550 grupos de excelência;
 - 551 • o fortalecimento da pesquisa pela valorização de professores e técnicos
552 que participam dos projetos, pela destinação de recursos que atendam às
553 demandas básicas desses projetos e pelo incentivo ao estudante para
554 incluir essas atividades em sua formação acadêmica;
 - 555 • o financiamento de bolsas de pesquisa (graduação e pós-graduação)
556 especialmente para o Programa de Iniciação Científica (PIC), com
557 definição clara das instâncias e processos, garantindo espaço para
558 discussão da própria agenda;
 - 559 • o apoio à produção científica coerente com a sua missão e com os
560 investimentos e as políticas propostas para o seu desenvolvimento, com
561 as necessidades sociais e com as exigências da ciência.
- 562 Com respeito a parcerias e internacionalização, as ações se orientam para:
- 563 • o estabelecimento de parcerias em todos os níveis, incluindo a área
564 privada, numa relação ética de não subordinação, com autonomia e
565 soberania;
 - 566 • o favorecimento da internacionalização da pesquisa, incentivando parcerias,
567 convênios e mobilidade acadêmica em todos os níveis – professores,
568 pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação;
 - 569 • a promoção da visibilidade internacional da produção científica, tecnológica
570 e artística da UnB, mediante divulgação, em diferentes mídias e idiomas,
571 de informações atualizadas sobre grupos de pesquisas existentes,



572 resultados e produtos obtidos, estudos em andamento e participação de
573 pesquisadores visitantes brasileiros e estrangeiros, valorizando a busca dos
574 melhores talentos.

575 Com respeito a parcerias e internacionalização, as ações se orientam para:

- 576 • O estabelecimento de parcerias em todos os níveis, incluindo a área
577 privada, numa relação ética de não subordinação, com autonomia e
578 soberania;
- 579 • O favorecimento da internacionalização da pesquisa, incentivando
580 parcerias, convênios e mobilidade acadêmica em todos os níveis –
581 professores, pesquisadores, estudantes de graduação e de pós-graduação;
- 582 • A promoção da visibilidade internacional da produção científica, tecnológica
583 e artística da UnB, mediante divulgação, em diferentes mídias e idiomas,
584 de informações atualizadas sobre grupos de pesquisas existentes,
585 resultados e produtos obtidos, estudos em andamento e participação de
586 pesquisadores visitantes brasileiros e estrangeiros, valorizando a busca dos
587 melhores talentos.

588 Com respeito aos indicadores de pesquisa, as ações se orientam para:

- 589 • O desenvolvimento, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação,
590 de indicadores de avaliação de desempenho acadêmico e de indicadores de
591 pesquisa (docente e discente) que reflitam os princípios gerais propostos;
- 592 • O estabelecimento de indicadores capazes de contemplar a capacidade,
593 institucional e individual, de formação de novos pesquisadores, de
594 integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e de produção
595 científica, tecnológica e artística de excelência acadêmica e de relevância
596 social;
- 597 • O estímulo à criação e à consolidação dos mecanismos de registro da
598 produção e do desenvolvimento das atividades dos pesquisadores da UnB.

599

600

601

602



603

604

605 **3.3 Extensão: diretrizes norteadoras**

606

607 A Extensão Universitária existe no Brasil sob duas formas que traduzem,
608 em suma, a própria história do conceito: uma centrada na prestação de serviços,
609 na promoção de eventos, na difusão de cultura e no repasse de tecnologias, e
610 outra mais articulada com o processo formativo (ensino) do aluno e com a
611 produção do conhecimento (pesquisa).

612 A primeira vertente reflete uma concepção inaugural de extensão. Oriunda
613 das universidades populares da Europa, no século XIX, nessa concepção,
614 extensão significa “estender-se, levar algo a algum lugar ou até alguém”. No
615 Brasil, houve experiências de vinculação da extensão com as universidades
616 populares, na tentativa de tornar o conhecimento científico e literário acessível a
617 todos pela promoção de cursos de extensão.

618 A extensão esteve voltada, também, para o fortalecimento da função
619 social da universidade por meio da difusão da cultura, a ser conhecida pelas
620 classes populares, e da participação nas lutas sociais, objetivando
621 transformações da sociedade, e também por meio da prestação de serviços e de
622 cursos que visavam a conscientização das massas, despertando-as para seus
623 direitos.

624 Hoje, porém, entende-se que a extensão deve desenvolver-se como uma
625 troca de saberes, como uma relação dialógica que possibilite o empoderamento
626 mútuo da sociedade e da universidade. Dessa forma, na extensão integram-se
627 processos educativos, culturais e científicos que articulam ensino e pesquisa e
628 viabilizam a relação da universidade com as demandas sociais, locais, regionais e
629 nacionais.

630 Na UnB, assim como em todas as demais IFES, a extensão universitária
631 tem se realizado em suas duas vertentes por meio de diferentes atividades:
632 cursos de formação profissional; estágios ou atividades que se destinem à
633 formação pré-profissional discente; prestação de consultoria ou assistência a



634 instituições públicas ou privadas; atendimento direto à comunidade pelos órgãos
635 de administração, de ensino ou de pesquisa; participação em iniciativas de
636 natureza cultural; estudo e pesquisa em termos de aspectos da realidade local ou
637 regional; promoção de atividades artísticas e culturais; publicação de trabalhos
638 de interesse cultural; divulgação de conhecimento e tecnologias de trabalho;
639 estímulo à criação literária, artística, científica e tecnológica; articulação com o
640 meio empresarial; interiorização da Universidade.

641 Os limites que permitem caracterizar uma atividade de capacitação
642 profissional como extensão e não como ensino ou pesquisa são tênues e carecem
643 de contextualização. Propõe-se considerá-la e apoiá-la como práxis dialógica
644 entre saberes (filosóficos, científicos, tradicionais e populares) que, articulada ao
645 ensino e à pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora
646 entre universidade e sociedade, ou seja, um trabalho interdisciplinar produtor de
647 conhecimentos que possam contribuir para a resolução dos problemas da
648 exclusão e da discriminação social e para democratizar a Universidade, o
649 conhecimento científico e a formação profissional. Organiza-se, portanto, como
650 trabalho interdisciplinar que, integrando as artes e a ciência ao ensino, à
651 pesquisa e ao desenvolvimento social, visa à superação da dicotomia entre
652 ciência e senso comum por meio da produção de conhecimento comprometido,
653 não apenas com a verdade, mas fundamentalmente com o bem comum.

654 Dessa forma, a UnB também deverá, sem distanciar-se de sua
655 especificidade de produtora do discurso científico, estabelecer diálogo com outras
656 formas de leitura da realidade, tais como os saberes tradicionais e espontâneos,
657 em busca de soluções para os problemas fundamentais da existência dos seres
658 humanos.

659 Assim, considerando os diferentes aspectos didáticos e pedagógicos que
660 organizam as práticas de extensão no âmbito da UnB, propõem-se as seguintes
661 diretrizes norteadoras da ação extensionista:

- 662 • a promoção de parcerias com as diferentes organizações da sociedade,
663 públicas e privadas, e com os grupos da sociedade civil organizada, em



- 664 âmbito pedagógico e científico, mas evitando que seja orientada a
665 atividades rentáveis com o intuito exclusivo de arrecadar recursos extra-
666 orçamentários;
- 667 • a viabilização de novos espaços dialógicos e de convivência entre esses
668 saberes diversos que potencializem a participação ativa da UnB na
669 construção da coesão social, do aprofundamento da democracia, da luta
670 contra a exclusão social, da degradação ambiental e da defesa da
671 diversidade, mas também a participação efetiva da sociedade na
672 Universidade;
 - 673 • o estabelecimento de um papel estratégico para a UnB na Região
674 Integrada de Desenvolvimento do Entorno do DF (RIDE), por meio da
675 consolidação de núcleos de extensão nessas cidades, contribuindo para a
676 integração das diversas iniciativas que a UnB já desenvolve no entorno;
 - 677 • a priorização de questões emergentes da sociedade contemporânea,
678 visando produzir conhecimentos que contribuam para qualificar debates
679 importantes em nível local, regional e nacional;
 - 680 • o empoderamento das comunidades internas e externas envolvidas em
681 processos extensionistas da UnB, fazendo retornar às comunidades o
682 resultado da atividade de extensão por meio de estratégias diversas;
 - 683 • o atendimento das demandas emergentes das populações secularmente
684 excluídas, por meio de metodologias sistêmicas e orgânicas, que
685 direcionem a pesquisa, o ensino e a extensão para questões macro, locais e
686 regionais;
 - 687 • a potencialização da prática extensionista nos processos educativos
688 articuladores entre a Universidade e a sociedade, garantindo que estruturas
689 curriculares incorporem programas e projetos de extensão;
 - 690 • a contribuição para o intercâmbio dos projetos de extensão de diferentes
691 áreas de conhecimento.
 - 692 • A valorização, nas carreiras de docentes e técnicos, do trabalho
693 extensionista, inclusive para fins de ascensão profissional;
 - 694 • A disponibilização de recursos para programas e projetos de extensão e a



- 695 consolidação interna de linhas de pesquisa vinculadas à extensão, visando
696 concorrer aos editais externos;
- 697 • A garantia de que o estudante de graduação e de pós-graduação tenha
698 incluído, em sua formação acadêmica, atividades de extensão, inclusive
699 como parte da avaliação dos cursos, conforme regulamentação existente;
 - 700 • o estímulo e o apoio à participação dos extensionistas em eventos
701 científicos, na medida em que a extensão é aqui concebida também como
702 espaço de produção e de divulgação de conhecimentos científicos;
 - 703 • a visibilidade, inclusive em nível nacional e internacional, às atividades de
704 extensão que são realizadas na UnB;
 - 705 • a realização periódica de censos integrados de ensino, pesquisa e extensão
706 como ferramenta diagnóstica e norteadora das políticas acadêmicas;
 - 707 • a produção de indicadores de avaliação, de forma articulada com a
708 Comissão Própria de Avaliação, das atividades extensionistas, a fim de
709 monitorar e qualificar a extensão da UnB.
- 710



711

712 **4. Formação e desenvolvimento profissional**

713

714

715 **4.1 Formação profissional**

716

717 A formação profissional na Universidade de Brasília, nos níveis de
718 graduação e de pós-graduação, deve-se pautar pela busca da qualidade, da
719 relevância, da inovação, da eficiência, da transparência, da responsabilidade
720 social e do respeito à diversidade. Deve estar comprometida com a superação
721 das desigualdades educacionais, sociais e econômicas, bem como com o
722 desenvolvimento humanístico, científico e tecnológico, nos âmbitos local,
723 regional, nacional e internacional.

724 Nesse contexto, a formação para o trabalho pressupõe o desenvolvimento
725 de conhecimentos multifacetados e a preocupação com os desafios com que a
726 sociedade se depara neste século. Os saberes produzidos em nível de graduação
727 e de pós-graduação conectam-se às dimensões cultural, científica, econômica e
728 social, sem deixar de lado todo o conhecimento historicamente constituído,
729 contribuindo, dessa maneira, para a construção de uma sociedade justa e
730 inclusiva, democrática e cidadã.

731 Como meio de se alcançar a formação multifacetada que se espera dos
732 egressos dos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade de
733 Brasília, recomenda-se a interdisciplinaridade e a flexibilização curriculares,
734 respeitadas as diretrizes curriculares de cada curso e a legislação vigente,
735 buscando constantemente a atualização e a inovação, de forma a atender e
736 antecipar as demandas sociais, tecnológicas, econômicas, culturais e ambientais,
737 tanto nas áreas da ciência básica quanto nas áreas da ciência aplicada.
738 Recomenda-se também a integração entre a Universidade, as empresas, os



739 centros de pesquisa e as instituições de ensino, buscando a inovação e a
740 sustentabilidade, nos âmbitos social, econômico, político, cultural e ambiental.

741

742 **a. Graduação: bacharelados, licenciaturas, educação a distância**

743

744 O ensino de graduação constitui a base da formação superior para a
745 construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado, em que
746 sobressaem o pensamento crítico e a cidadania ativa, a valorização dos direitos
747 humanos e o respeito à democracia.

748 Os bacharelados e as licenciaturas devem primar pelo desenvolvimento das
749 competências e das habilidades relativas às diversas áreas do conhecimento,
750 tratadas de maneira interdisciplinar e numa perspectiva de educação científica,
751 em que o ensino se alie constante e consistentemente à pesquisa, numa resposta
752 às demandas da sociedade, e, principalmente, com visão prospectiva dessas
753 demandas. Fortalece-se, assim, o papel da iniciação científica, que deve existir e
754 ser incentivada por meio de políticas (inter)-institucionais específicas e também
755 no dia-a-dia da formação profissional, no transcurso dos currículos e das práticas
756 curriculares.

757 Esse ensino proporcionado pelos cursos de graduação, articulado à
758 pesquisa, pode ser estimulado por meio do incentivo a uma maior integração
759 com os cursos de pós-graduação, em que se desenvolvam projetos conjuntos de
760 educação científica, de apoio e de reconhecimento ao ensino de graduação, e da
761 participação colaborativa dos estudantes de graduação em pesquisas
762 desenvolvidas no âmbito da pós-graduação. Trata-se de um ensino voltado
763 especialmente para o “aprender a aprender”, que se vinculará, posteriormente, à
764 necessidade de formação continuada, em nível de pós-graduação *lato* e *stricto*
765 *sensu*.



766 Não se pode deixar de mencionar a relevância da parceria pedagógica e
767 científica com a escola pública de nível básico com vistas à construção de uma
768 política institucional de formação docente como sendo um dos aspectos cruciais e
769 estratégicos para o desenvolvimento do país. A participação dos cursos de
770 licenciatura da Universidade de Brasília, em programas e editais das agências de
771 fomento nacionais e internacionais, os quais visem a contribuir para elevar a
772 qualidade dos cursos de licenciatura, assim como para valorizar a formação e
773 reconhecer a relevância social dos profissionais do magistério da educação
774 básica, deve ser, portanto, estimulada.

775 Para além da conexão com a pesquisa, o ensino de graduação deve voltar-
776 se, também, para a extensão universitária, construindo-se políticas consistentes
777 de participação dos estudantes em projetos sociais engajados com a
778 disseminação do conhecimento produzido na Universidade. Esse ensino voltado
779 para a extensão deve estar pautado numa visão de co-responsabilidade, em que
780 a sociedade circundante não é apenas fonte de informação para o ensino e a
781 pesquisa, mas agente transformador das práticas e das temáticas de ensino e de
782 pesquisa.

783 Cabe também ao ensino de graduação estabelecer a relação entre os
784 conhecimentos produzidos na Universidade e as demandas do mundo do
785 trabalho, desde os primeiros períodos curriculares, desenvolvendo práticas
786 pedagógicas e atividades acadêmicas que contribuam para a consolidação da
787 formação profissional do egresso. Nesse sentido, recomendados a parceria
788 científica e pedagógica com instituições, empresas e rede de ensino,
789 especialmente as públicas, de maneira a promover a articulação entre teoria e
790 prática.

791 Por fim, vale ressaltar que os cursos de bacharelado e de licenciatura
792 devem buscar a interdisciplinaridade e a flexibilidade dos currículos, formando
793 profissionais aptos para trabalhar com a diversidade. Nesse sentido, deve-se
794 fortalecer a política de mobilidade estudantil com outras Instituições de Ensino



795 Superior (IES) no país e a política de intercâmbio estudantil com instituições de
796 ensino no exterior, o que possibilitará aos graduandos a vivência de outras
797 realidades e o desenvolvimento de competências e habilidades a partir de outros
798 universos.

799

800 **b. Pós-Graduação: *lato sensu*, *stricto sensu* e pós-doutoramento.**

801

802 A pós-graduação deve se caracterizar pela excelência no ensino e na
803 pesquisa, preocupando-se com a inovação, a criatividade e a diversidade, e não
804 perder de vista o seu caráter de formação continuada, em cursos *lato* e *stricto*
805 *sensu*, possibilitando a ampliação da atuação de mestres e doutores nas IES e a
806 formação de profissionais especializados nas diversas áreas do conhecimento.

807 Na Universidade de Brasília, vislumbra-se o equilíbrio de investimentos
808 entre a pesquisa básica e a aplicada, concedendo especial atenção às pesquisas
809 que têm como foco a compreensão e as propostas de solução de problemas
810 locais.

811 Nesse campo, é preciso reafirmar a relação dinâmica entre graduação e
812 pós-graduação como um pressuposto na formulação das políticas de ensino,
813 pesquisa e extensão dos Decanatos envolvidos. Assim, a busca pela flexibilização
814 curricular do modelo de pós-graduação, permite o crescimento do sistema e
815 possibilita a formação de profissionais com perfis diferenciados para atender a
816 dinâmica dos setores acadêmico e não-acadêmico.

817 Em outra perspectiva, enfatiza-se o desenvolvimento de projetos conjuntos
818 com o ensino de graduação, fortalecendo a relação entre esses dois níveis de
819 educação superior.



820 É ainda a pós-graduação um contexto privilegiado para a formação
821 continuada docente, fator relevante para o desenvolvimento do país. Por essa
822 razão, a participação dos discentes da pós-graduação no processo de ensino e
823 aprendizagem dos estudantes da graduação, em conjunto com seus professores
824 e desenvolvendo atividades teóricas e práticas, possibilita o preparo dos pós-
825 graduandos para a docência superior e especializa docentes da educação básica.

826 É preciso considerar, também, a necessidade ao estímulo e à garantia do
827 apoio institucional às ações que levem ao fortalecimento da iniciação científica e
828 a ações de solidariedade entre pós-graduandos e graduandos no
829 desenvolvimento de projetos de pesquisa, de atividades laboratoriais e do
830 incentivo à constituição de grupos de discussão, como um dos pilares para a
831 integração entre esses dois níveis de formação.

832 Incentiva-se a promoção da cooperação e de parcerias internacionais em
833 ciência e tecnologia, em todas as áreas do conhecimento, como estratégia de
834 pesquisa e de desenvolvimento da pós-graduação e do intercâmbio de ideias e
835 projetos. Recomenda-se a articulação da comunidade acadêmica, incluindo
836 discentes e docentes, com centros da produção científica internacional de
837 reconhecida competência, bem como a promoção da cultura de responsabilidade
838 social, visando a promover a circulação do saber como forma de encontrar
839 soluções comuns para os problemas mundiais.

840 Além dessas, como fator de integração nacional, considera-se a ênfase nas
841 ações da UnB em parceria com outras universidades do Centro-Oeste, Norte e
842 Nordeste, para o desenvolvimento de programas de pós-graduação
843 interinstitucionais e de programas de mobilidade estudantil, como forma de
844 descentralizar a produção de conhecimento e a formação profissional. O
845 atendimento às novas áreas do conhecimento e o investimento no intercâmbio de
846 experiências, de grupos de pesquisa e na atuação em rede visa a diminuir os
847 desequilíbrios regionais quanto à oferta e ao desempenho dos programas de pós-
848 graduação.



849 É preciso buscar novas modalidades de interação entre a Universidade e a
850 sociedade, para atenuar a distância temporal entre a produção do conhecimento
851 e a sua apropriação pública e facilitar os caminhos para que o desenvolvimento
852 científico se torne, efetivamente, um agente de transformação social e
853 econômica.

854 Por fim, especial atenção precisa ser dada à internacionalização da
855 pesquisa produzida pela Universidade de Brasília, por meio de uma política
856 consistente de publicação no exterior.

857

858 **c. Educação a distância (EAD) e tecnologias da informação e da**
859 **comunicação (TICs)**

860

861 O projeto original da Universidade de Brasília sinalizava, já em 1961, no
862 sentido do emprego das tecnologias para o desenvolvimento democrático e
863 criativo da educação de nível superior. Iniciativas de educação a distância na UnB
864 são gestadas desde 1979, ano da criação do Centro de Educação a Distância –
865 CEAD e da assinatura de convênio com a *Open University* (Inglaterra) para a
866 oferta de cursos de extensão na modalidade a distância, culminando com a
867 adesão da UnB à proposta da Universidade Aberta do Brasil (Ministério da
868 Educação), a partir de 2006.

869 Essa concepção vanguardista da Universidade de Brasília em relação ao uso
870 das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como meio de fortalecer
871 as ações educativas nos cursos presenciais, assim como de desenvolver cursos
872 na modalidade a distância, oferece subsídios para se delinearem políticas
873 internas com vistas à demanda crescente por formação superior, pela
874 democratização do conhecimento e pela redução da desigualdade educacional e
875 social no país, sem perder de vista o projeto de excelência da universidade e a
876 perspectiva da integração entre investigação, produção e difusão de
877 conhecimento.



878 A utilização de TICs na educação superior está associada às reflexões sobre
879 a necessidade de re-significação dos paradigmas de educação. É preciso rever
880 modelos acadêmicos tradicionais e elitistas e conceber novos modelos, que
881 resultem em influências positivas e renovadoras do contexto socioeconômico e
882 histórico-cultural da sociedade brasileira. Como resultado desses novos modelos,
883 esperamos estreitar as relações entre a educação básica e a educação superior,
884 por meio da formação e qualificação de professores para o uso de novas
885 tecnologias, de modo a melhorar do processo de ensino e de aprendizagem e o
886 desempenho dos alunos da educação básica.

887 O uso de TICs nos processos educacionais em geral e o desenvolvimento da
888 educação a distância (enquanto modalidade educacional em que os processos de
889 ensino e aprendizagem ocorre em lugares ou tempos diversos) constituem ações
890 ao mesmo tempo distintas e complementares.

891 No que diz respeito ao uso de TICs como ferramentas complementares à
892 educação presencial, três alternativas são vislumbradas: o uso de TICs como
893 suporte às disciplinas presenciais, o desenvolvimento de disciplinas
894 semipresenciais e a oferta de disciplinas não-presenciais. Ressalta-se que se
895 trata de uma estratégia importante para agregar valor ao processo de ensino e
896 de aprendizagem nos cursos presenciais em nível de graduação (bacharelados e
897 licenciaturas) e de pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*), fortalecendo-os,
898 facilitando a interação professor-estudante e ampliando as possibilidades de
899 acesso à formação superior.

900 Quanto à criação, organização e oferta de cursos de graduação, pós-
901 graduação e extensão na modalidade a distância, ressaltam-se a possibilidade de
902 ampliação do acesso à educação superior e a perspectiva da aprendizagem ao
903 longo da vida (formação continuada).

904 Como forma de se alcançar a excelência em EAD, por meio do uso de TICs,
905 recomenda-se:



- 906 • atenção especial aos princípios da interação e da interatividade,
907 fundamentais para garantir a dialogicidade efetiva ao processo de ensino e
908 de aprendizagem;
- 909 • a construção de uma política de qualificação dos docentes do ensino
910 superior para o uso das TICs e para a oferta de cursos e disciplinas na
911 modalidade a distância (semipresencial ou não-presencial);
- 912 • a realização e a divulgação de resultados de pesquisas sobre a aplicação de
913 metodologias inovadoras, apoiadas em tecnologias de informação e
914 comunicação, com vistas ao aprimoramento da educação a distância no
915 ensino superior brasileiro;
- 916 • a atualização constante da infraestrutura para o uso efetivo e eficiente das
917 TICs no ensino presencial e na EAD.

918

919

920 **4.2 Desenvolvimento profissional: docentes e técnico-administrativos**

921

922 O desenvolvimento profissional é um processo sistemático e contínuo que
923 tem por objetivo a elevação da qualidade do desempenho docente e dos
924 servidores técnico-administrativos em um processo de continuado
925 desenvolvimento humano.

926 Em relação ao grupo docente, Cruz (1996) concebe o desenvolvimento
927 profissional como a evolução progressiva da ação docente orientada para o maior
928 profissionalismo, com ênfase no desenvolvimento em profundidade do juízo
929 crítico e sua aplicação nos contextos de ensino-aprendizagem.

930 Ainda com base nas afirmações do autor, considera-se relevante a
931 compreensão do desenvolvimento profissional a partir de três vertentes: como
932 desenvolvimento adulto, como acumulação de experiência e como formação
933 continuada. Além desses, três dimensões do desenvolvimento profissional se
934 destacam:



- 935 • a dimensão individual, em que ressalta-se a singularidade dos sujeitos
936 frente às exigências profissionais;
- 937 • a dimensão coletiva, que indica para o compartilhamento das vivências e
938 desafios profissionais decorrentes das experiências da coletividade;
- 939 • a dimensão universal-diacrônica, que reflete sobre a experiência
940 profissional de sujeitos como participantes de um grupo geracional na
941 instituição .

942 As formas de desenvolvimento profissional se configuram pelos resultados
943 da avaliação de desempenho de professores e funcionários técnico-
944 administrativo, e devem impactar a progressão funcional dos servidores.

945 Genericamente, compreendem-se três tipos de ação a serem contempladas
946 pelo planejamento de programas de desenvolvimento profissional, oferecidos de
947 modo presencial e/ou a distância:

- 948 • programas para a formação institucional inicial, correspondentes ao
949 conjunto de informações sobre a instituição necessárias aos novos
950 servidores e que poderia se constituir como um conjunto de conhecimentos
951 comuns a todas as carreiras e outro específico para cada uma das carreiras
952 de docentes e de técnico-administrativos;
- 953 • programas permanentes de formação continuada, definidos a partir das
954 necessidades/demandas dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- 955 • programas de formação de gestores, para os servidores, docentes e
956 técnico-administrativos, em cargo/função relacionadas à administração
957 pedagógico-acadêmica.

958 O desenvolvimento profissional vislumbrado para a UnB é aquele em que
959 um planejamento geral se articula com características, necessidades e
960 expectativas dos profissionais para os quais esse planejamento é executado.
961 Assim, sua organização deve ser sensível aos contextos e às diversidades de
962 ações acadêmicas e técnico-administrativas. Somente dessa forma, as ações



963 poderão ter sentidos e significados para os sujeitos envolvidos tanto em relação
964 ao processo de formação continuada em si quanto com as expectativas da
965 atuação na instituição.

966 Considera-se que o desenvolvimento profissional de docentes e técnicos
967 na sua dimensão de formação continuada está fundamentado nos seguintes
968 pressupostos:

- 969 • ser um direito: o processo de formação continuada é um direito dos
970 trabalhadores;
- 971 • ser um dever: o reconhecimento do direito dos servidores à formação
972 continuada articula-se com o reconhecimento do dever da Universidade em
973 assegurar esse processo;
- 974 • respeitar a diversidade e a valorizar o ser humano: a qualidade social e
975 política é assumida no sentido de incorporar a referência transformadora
976 que envolve o respeito, a valorização do ser humano, do profissional e do
977 coletivo. O desenvolvimento profissional visa assegurar a qualidade de vida
978 dos sujeitos, garantindo que a formação esteja coerente com as atividades
979 acadêmicas e técnicas;
- 980 • ser equânime: a equidade no desenvolvimento profissional significa
981 reforçar o compromisso com a sociedade democrática visando atender as
982 prioridades formativas, a fim de melhorar o desempenho dos professores.
983 Por outro lado, aos funcionários técnico-administrativos são destinados
984 programas de formação inicial e continuada no sentido de ampliar as
985 oportunidades de elevar competências para o desempenho de suas
986 funções.

987 A UnB, como instituição pública, deve estar articulada às políticas
988 provenientes dos órgãos centrais da administração pública. No entanto, sua
989 cultura histórica e suas especificidades como universidade pública da capital do
990 país devem favorecer a concepção de desenvolvimento profissional como uma



991 atividade humanizante, em dimensões formativas que valorizem: os funcionários
992 docentes e técnico-administrativos pessoalmente, suas condições de trabalho e
993 organização de suas categorias representativas.

994



995

996

5. Avaliação e Indicadores

997

998 Avaliar significa atribuir valor, dar valia. A avaliação é tema de grande
999 complexidade e sua importância é indiscutível no cenário das grandes
1000 transformações em que se insere o país. Ao almejarmos o desenvolvimento do
1001 país, busca-se, acima de tudo, viabilizar o desenvolvimento humano. Se o
1002 desenvolvimento amplo do país é o que se quer, não há como alcançá-lo sem o
1003 planejamento de metas e ações que possibilitem essa realização. Por sua vez,
1004 esse planejamento depende do conhecimento que temos das grandes instituições
1005 brasileiras, entre as quais, as de ensino. Assim, a avaliação constitui hoje um dos
1006 temas de maior destaque na agenda de instituições brasileiras de ensino superior
1007 (IES), estejam elas no setor público ou privado.

1008 Apesar da crescente relevância atribuída ao tema, a avaliação da
1009 educação superior brasileira já vem sendo feita há algumas décadas.

1010 As várias discussões sobre avaliação da educação superior ocorrem desde
1011 antes do golpe militar da década de 1960, no entanto, o maior avanço ocorreu
1012 nos anos 1990, com a elaboração do documento básico *Avaliação das*
1013 *Universidades Brasileiras: uma proposta nacional*, conhecido como PAIUB.
1014 Considerando a avaliação um instrumento de importância para o planejamento e
1015 a gestão universitária, defendia os princípios da globalidade, não punição e não
1016 premiação, adesão voluntária, legitimidade, continuidade, auto-crítica, atitude
1017 diagnóstica, estabelecimento de compromissos com a sociedade e inserção no
1018 momento histórico (Brasil, 1993).

1019 O processo de avaliação proposto consistia de uma etapa de diagnóstico
1020 dos cursos de graduação que deveria ser somada à avaliação externa e à
1021 reavaliação. Assim, a avaliação deveria ser contínua e sistemática, de caráter
1022 institucional, e realizada com intensa participação da comunidade acadêmica,



1023 integrando a avaliação interna à externa. No entanto, o PAIUB e seu grupo
1024 gestor foram afastados no final dos anos 1990, mesmo que isso tenha provocado
1025 críticas de vários segmentos do mundo acadêmico.

1026 Antes disso, com a publicação da Lei nº 9.131, em 1995, foi instituído o
1027 Exame Nacional dos Cursos (ENC), popularmente conhecido como Provão, em
1028 que era estabelecida a obrigatoriedade da realização de exames nacionais para
1029 avaliação do desempenho dos formandos do curso. Recebendo inúmeras críticas
1030 de diversos segmentos da sociedade, o Provão enfrentou boicote considerável, o
1031 que levou à publicação do Decreto nº 2.026, de 1996, com a retomada de vários
1032 indicadores de avaliação propostos no Documento Básico do PAIUB.

1033 O caráter regulatório das avaliações foi obtido com a publicação, em
1034 1996, da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Superior (Lei nº 9.394) e sua
1035 regulamentação em 1997, por meio do Decreto nº 2.207. A partir de então, a
1036 autorização e o reconhecimento dos cursos, assim como o credenciamento das
1037 IES teriam prazos limitados e só deveriam ser renovados após a realização do
1038 processo regular de avaliação. A desvinculação entre o ENC e os outros
1039 processos avaliativos era criticada e também o seu caráter midiático e a pouca
1040 contribuição para a melhoria do ensino superior, desconsiderando peculiaridades
1041 regionais, locais e institucionais (Zandavalli, 2009).

1042 Em 2003, uma nova comissão, a Comissão Especial de Avaliação do
1043 Ensino Superior (CEA) foi criada para reformular o sistema de avaliação e, após a
1044 realização de várias audiências públicas com entidades representativas de
1045 diversos segmentos da sociedade brasileira, foi proposto o Sistema Nacional de
1046 Avaliação da Educação Superior (SINAES), que consistia em uma proposta de
1047 nova metodologia de avaliação, a partir do aperfeiçoamento de procedimentos e
1048 instrumentos utilizados anteriormente (Brasil, 2004).

1049 Em abril de 2004 entrou em vigor a Lei nº 10.861, que instituía o SINAES
1050 com a finalidade de "*assegurar o processo nacional de avaliação das instituições*
1051 *de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos*



1052 *estudantes*” (Art. 1º).

1053 Para atingir os diversos segmentos da educação superior, o SINAES
1054 apresenta três sistemas integrados: a avaliação das instituições, dos cursos e do
1055 desempenho dos estudantes. A avaliação institucional inclui a avaliação externa e
1056 a interna, centrada na auto-avaliação. O SINAES propõe que o resultado das
1057 avaliações, de caráter contínuo, deve servir como ferramenta para o
1058 planejamento e a construção de políticas públicas relacionadas com a educação
1059 superior, sendo pautado no respeito à diversidade do sistema educacional
1060 brasileiro, no histórico das instituições e no caráter globalizado e contínuo do
1061 processo avaliativo.

1062 A importância do tema avaliação em uma instituição como a UnB
1063 extrapola a simples aquisição e sistematização de informações que, se não
1064 imbuídas de um significado real e humano, tendem a se tornar inócuas e
1065 obsoletas. Essa imensa comunidade, representada por seus diversos atores, quer
1066 muito mais. Deseja, antes de tudo, representar a diversidade de pensamentos
1067 que a compõem, vocação assumida desde quando concebida no mundo genial
1068 das ideias de seus preceptores. Para o aprimoramento da Instituição em seus
1069 mais diversos aspectos, torna-se imprescindível o conhecimento de suas
1070 potencialidades e limites, assim como o empenho na superação desses limites e
1071 a inserção em um contexto de responsabilidade social. Antes de tudo, avaliar
1072 deve representar um caminho para indagação e transformação.

1073 Articulando efetivamente ensino, pesquisa e extensão, esta Universidade
1074 quer, antes de tudo, conhecer seus integrantes, discutir temas como a
1075 acessibilidade, perfil dos ingressantes e políticas de valorização do egresso,
1076 assim como os diferentes aspectos de sua qualificação técnica e profissional,
1077 jamais dissociada de sua capacidade de intervenção no meio.

1078 Consciente da importância do processo de autoavaliação institucional, a
1079 Universidade de Brasília, por meio da Resolução do CONSUNI nº 1, de 02 de
1080 fevereiro de 2009, instituiu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a



1081 *"atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, e de*
1082 *sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional*
1083 *de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)"*, em cumprimento ao disposto no
1084 art. 11 da Lei de criação do SINAES (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004).

1085 No processo de auto-avaliação desta Universidade, pretende-se, além de
1086 estabelecer programas de formação continuada, valorizar aspectos de
1087 interdisciplinaridade e transversalidade na integração das estruturas curriculares.
1088 Ainda, em consonância com os princípios da avaliação propostos no SINAES,
1089 pretendemos buscar a integração da avaliação interna com a externa,
1090 reconhecendo como imprescindível a oitiva da comunidade e da sociedade a que
1091 serve essa Instituição nesse processo de avaliação.

1092 À cultura própria da Instituição incorpora-se, cada vez mais, o
1093 reconhecimento de que há diferentes discursos e práticas pedagógicas, sem
1094 perder de vista a indissociabilidade natural entre teoria e prática e a
1095 interdisciplinaridade que deve permear a aquisição e aplicação dos
1096 conhecimentos. Tais aspectos se refletem nas estruturas curriculares dos cursos,
1097 possibilitando o engajamento dos alunos na busca de soluções para as questões
1098 sociais. A construção da cidadania dos sujeitos envolvidos no contexto
1099 universitário é encarada como um trunfo e abriga, além de conhecimentos
1100 técnicos, valores voltados para o tratamento ético e o respeito ao meio ambiente.
1101 Assim, espera-se que cidadãos formados nos cursos oferecidos pela UnB
1102 mostrem-se conscientes das implicações sociais de suas ações, atuando de modo
1103 diferenciado para o desenvolvimento científico, tecnológico e humano e assim,
1104 contribuam para a construção de uma sociedade cada vez mais justa.

1105 Na busca de uma avaliação articulada em suas dimensões interna e
1106 externa pretend-se, a partir das informações obtidas, organizar dados e
1107 promover a análise crítica e a discussão desses dados, o que deve ocorrer nas
1108 mais diversas instâncias do meio acadêmico e externas a ele. As dimensões a
1109 serem avaliadas são concebidas na concepção e na regulamentação do SINAES e



1110 na reflexão interna da Universidade sobre seus processos avaliativos. Os
1111 princípios, diretrizes e algumas das características fundantes da Avaliação na
1112 Universidade de Brasília são apresentados a seguir:

- 1113 • respeito à identidade, à missão e à história de pessoas e da Instituição;
- 1114 • auto conhecimento, propiciando o reconhecimento e a superação de
1115 limitações;
- 1116 • avaliação formativa e não punitiva, valorizando não somente o resultado,
1117 mas também o processo;
- 1118 • coexistência de processos de avaliação internos e externos
1119 complementares;
- 1120 • adoção de metas e indicadores quantitativos e qualitativos no processo
1121 avaliativo;
- 1122 • autonomia no processo avaliativo, reconhecendo as necessidades
1123 informacionais e de acompanhamento previstas em legislação e normas e
1124 também aquelas específicas da Universidade;
- 1125 • responsabilidade social com a qualidade da educação superior
1126 fundamentada em valores éticos;
- 1127 • comprometimento com o exercício da cidadania para a construção de uma
1128 sociedade justa, solidária e ambientalmente sustentável;
- 1129 • reconhecimento e valorização da complexidade institucional e da
1130 diversidade e multiplicidade de seus atores.
- 1131 • transparência e publicização do processo avaliativo, de seus resultados e
1132 das ações deles decorrentes;
- 1133 • processo avaliativo reflexivo, constantemente aperfeiçoado, dinâmico,
1134 periódico e contínuo;



- 1135 • comprometimento com as necessidades sociais e o desenvolvimento pleno
1136 do ser humano;
- 1137 • indissociabilidade dos aspectos teóricos e práticos, quantitativos e
1138 qualitativos;
- 1139 • avaliação participativa e multidimensional dos diversos cenários da vida
1140 acadêmica, considerando as responsabilidades diferenciadas de seus
1141 atores;
- 1142 • avaliação integrada de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária,
1143 possibilitando a identificação de processos sinérgicos;
- 1144 • ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária devem legitimar e ser
1145 legitimados pela avaliação;
- 1146 • reconhecimento da complexidade do ensino superior e da diversidade de
1147 práticas pedagógicas.

1148

1149 A operacionalização dos processos avaliativos requer a adoção de
1150 indicadores adequados e em sintonia com os princípios e diretrizes dos itens
1151 descritos. Podem ser identificadas características desejáveis desses indicadores:
1152 disponibilidade informacional, facilidade de acesso, facilidade de utilização,
1153 objetividade, compatibilidade intra e inter sistemas, permanência, viabilidade de
1154 obtenção de dados. Considera-se, ainda, como propriedades relevantes:
1155 validade, confiabilidade, simplicidade, sensibilidade, desagregabilidade,
1156 estabilidade, mensurabilidade e auditabilidade.

1157 Alguns dos indicadores institucionais relevantes para a avaliação de
1158 ensino, pesquisa, extensão e gestão comprometidos com a qualidade e
1159 democratização do ensino podem ser apontados: número de vagas ofertadas,
1160 estruturas curriculares, número de estudantes, número de professores, número
1161 de servidores técnico-administrativos, evasão e acessibilidade. Ressaltamos que



1162 essa relação de indicadores não se pretende exaustiva, dada a dinamicidade do
1163 processo avaliativo e a necessidade de seu constante aperfeiçoamento.

1164



1165

1166 6. Gestão democrática e participativa

1167

1168 6.1 Organização e estrutura administrativa

1169

1170 A estrutura administrativa da Universidade de Brasília é subdividida em
1171 órgãos deliberativos e executivos. Ambos obedecem aos mesmos princípios em
1172 seu funcionamento, em todas as instâncias nas quais estão subdivididos e nas
1173 atividades que desempenham. Os órgãos deliberativos são os colegiados. Os
1174 órgãos executivos são as chefias departamentais, as direções de unidades
1175 acadêmicas, os prefeitos dos *campi*, os cargos de decanos, de reitor e de vice-
1176 reitor. Os princípios que norteiam as ações e atividades dos órgãos deliberativos
1177 e executivos, em sua estrutura e seu funcionamento e em sua organização e
1178 gestão, são: descentralização; transparência; legitimidade; legalidade;
1179 impessoalidade; publicização e probidade.

- 1180 • Descentralização – A estrutura administrativa, política, pedagógica e
1181 orçamentária da Universidade de Brasília é descentralizada em todas as
1182 instâncias, órgãos, ações e atividades.
- 1183 • Transparência – A transparência dos atos administrativos é pré-condição de
1184 uma organização e de uma gestão democrática. A transparência é
1185 estabelecida por critérios impessoais e previamente definidos de forma
1186 coletiva. Transparência é o livre acesso da comunidade universitária e da
1187 sociedade à informação e aos procedimentos políticos, pedagógicos,
1188 administrativos e orçamentários internos da Universidade. Deve haver
1189 amplo conhecimento e ampla divulgação dos critérios de decisão políticos,
1190 pedagógicos, administrativos e orçamentários. A transparência no gerenciar
1191 da instituição deve acontecer antes e durante os procedimentos.



- 1192 • Legitimidade – A fonte da legitimidade das ações administrativas e
1193 orçamentárias internas da Universidade calca-se nas decisões colegiadas e
1194 no mecanismo da representação dos três segmentos da comunidade
1195 universitária: docentes, discentes e técnicos e, quando couber, a
1196 representação da sociedade.
- 1197 • Legalidade – A estrutura, o funcionamento, as ações e as atividades dos
1198 órgãos deliberativos e executivos devem observar: os dispositivos
1199 constitucionais da República Federativa do Brasil; os dispositivos legais
1200 nacionais e internacionais gerais e específicos à área de atuação; os
1201 dispositivos estatutários, regimentais e normativos da Universidade de
1202 Brasília.
- 1203 • Impessoalidade – Os órgãos deliberativos e executivos, em sua estrutura e
1204 funcionamento, bem como em todas as instâncias, ações e atividades,
1205 devem atender à missão, aos fins e aos objetivos da Universidade.
- 1206 • Publicização – Os órgãos deliberativos e executivos devem dar publicidade
1207 aos seus atos e atividades por todos os meios disponíveis. Os atos e
1208 atividades dos órgãos deliberativos e executivos devem ser tornados
1209 públicos para a comunidade universitária, para o Estado e para a
1210 sociedade. A publicização das ações deliberativas e executivas implica a
1211 prestação de contas do proceder administrativo. As instâncias colegiadas
1212 devem tornar pública a prestação de contas à comunidade universitária e à
1213 sociedade por todos os meios disponíveis.
- 1214 • Probidade – A probidade administrativa advém da observância aos seis
1215 princípios anteriores. Os órgãos deliberativos e executivos devem ser
1216 probos em sua estrutura, funcionamento, organização, gestão, ações e
1217 atividades, de qualquer natureza, desenvolvidos. As ações administrativas
1218 que não observarem os princípios da descentralização, transparência,
1219 legitimidade, legalidade, impessoalidade e publicização são nulas e devem
1220 ser tornadas inválidas pelas instâncias colegiadas e executivas. A



1221 improbidade administrativa, quando comprovada, implica a perda do
1222 mandato eletivo representativo e executivo e também dos cargos
1223 representativos e executivos de indicação e/ou de aclamação e/ou de
1224 nomeação.

1225

1226 **6.2 Modelo de gestão**

1227

1228 O modelo de gestão da Universidade de Brasília, em todas as instâncias,
1229 órgãos e unidades é a gestão democrática. A gestão democrática é colegiada e
1230 descentralizada. Os colegiados, órgãos deliberativos da gestão democrática,
1231 apresentam a seguinte composição: Membros Natos; Membros Representantes;
1232 Membros Consultivos; Membros Assistentes.

1233 Um modelo de gestão constitui um fluxo de processos que define como as
1234 decisões são tomadas e executadas. Um fluxo de processos democráticos deve
1235 desenvolver estratégias básicas para o alcance da excelência, quais sejam:

- 1236 • fortalecimento da estrutura da Universidade, como uma ação fortemente
1237 institucionalizada, relacionada ao poder de decisão governamental;
- 1238 • formação de uma equipe de excelência, com competência, conhecimento e
1239 vivência da realidade atual, em que o capital humano é o principal fator de
1240 diferenciação na geração do conhecimento e no desenvolvimento de
1241 processos inovativos;
- 1242 • estabelecimento de um processo de planejamento estratégico que privilegie
1243 ações globais, coletivas e inovadoras;
- 1244 • Orçamento participativo global e setorizado por unidades acadêmicas, por
1245 departamentos, órgãos, centros, núcleos discutido e aprovado nas
1246 instâncias colegiadas;



- 1247
- 1248
- 1249
- 1250
- 1251
- 1252
- 1253
- 1254
- 1255
- implantação de um sistema de informação relacionado aos níveis hierárquicos da Universidade, correspondendo a cada nível um tipo de subsistema: sistema estratégico, sistemas táticos, sistema de apoio à tomada de decisão, sistemas especialistas e sistemas operacionais, a partir de três vetores: conteúdo, conectividade e comunicação;
 - estabelecimento de uma política de investimentos, com recursos orçamentários e não orçamentários que garanta o alcance dos objetivos traçados.



1256 **Referências**

- 1257
- 1258 Brasil. Lei n. 3998, Cria a Fundação Universidade de Brasília, de 15 de dezembro de
1259 1961.
- 1260 Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- 1261 Brasil. Lei do SINAES, Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.
- 1262
- 1263 CRUZ, F. M. *Desarrollo profesional docente*, Granada, Grupo Editorial Universitario
1264 1996.
- 1265 IBAÑEZ, Revista Humanidades, nº43, s/data
- 1266
- 1267 MADEIRA, A., Revista Humanidades 56, dezembro de 2009.
- 1268
- 1269 SANTOS, B. de S., Universidade Século XXI.
- 1270
- 1271 SEVERINO, A. J., Revista Humanidades 43, s/data.
- 1272
- 1273 REZENDE, S. 58ª Reunião Anual da SBPC- Política de C&T, 2006, Cadernos SBPC n.20.
- 1274
- 1275 PINTO, A.G. de T. (org) "Os cursos noturnos de licenciatura: um projeto acadêmico
1276 orgânico para a universidade de Brasília", Brasília: Novembro de 1993.
1277
- 1278 UFF. Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal Fluminense. 2002.
- 1279 UnB. Memorando/circular/DEG nº 003/88 que contém além, das considerações de
1280 encaminhamento do reitor Prof. Cristovam Buarque e da decana Profa. Paulina Targino,
1281 a "Proposta para Reestruturação do Ensino de Graduação na Universidade de Brasília"
1282 feita pelo então CADE-DEG, e a Resolução do CONSUNI 027/87.
- 1283
- 1284 UnB. Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade de Brasília, 2008-2012.
- 1285
- 1286 UnB. Plano Orientador da Universidade de Brasília, Brasília: Editora da UnB, 1962.
1287
- 1288 UnB. Projeto Reuni UnB. 2008.
- 1289 UNESCO. Comunicado da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior 2009: As Novas
1290 Dinâmicas do Ensino Superior e da Pesquisa para a Mudança e o Desenvolvimento
1291 Social, Paris, julho de 2009.